

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GISELLE FERREIRA DA ROSA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - UM ESTUDO DA VISÃO DOS
UNIVERSITÁRIOS RESIDENTES NA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 26/03/07


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

Florianópolis
2006/2

GISELLE FERREIRA DA ROSA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - UM ESTUDO DA VISÃO DOS
UNIVERSITÁRIOS RESIDENTES NA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação de Prof^a. Dr^a Ana Maria Baima Cartaxo.

Florianópolis/SC – 2006/2

GISELLE FERREIRA DA ROSA

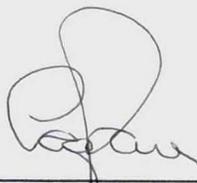
**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - UM ESTUDO DA VISÃO DOS
UNIVERSITÁRIOS RESIDENTES NA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

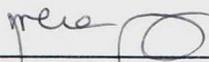
Banca examinadora



Prof.ª. Dra. Ana Maria Baima Cartaxo
Orientadora



1ª Examinadora
Lílian Ted Pereira
Assistente Social



2ª Examinadora
Prof.ª. Dra. Maria Teresa Santos
Prof.ª. Departamento de Serviço Social – UFSC

Florianópolis, Março de 2007.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho e minha formação à todos que eu amo.

AGRADECIMENTOS

Ao ser supremo, por toda a luz e espiritualidade diante das incertezas e dificuldades, do princípio ao fim.

A minha mãe Ivonete, você é tudo que eu pedi pra Deus, é a luz dos meus olhos, e ao meu pai Lourival que a cada dia me enche de orgulho, a vocês eu agradeço, pois me incentivaram em toda e qualquer caminhada, com apoio incondicional. Amo Vocês!

A minha irmã Mirella pelo apoio, compreensão e todo o carinho que me trata, obrigada por fazer parte da minha vida.

A todos os meus familiares e amigos, obrigada.

A você Leonardo, meu amado, obrigada pela companhia, paciência, amor, enfim, por tudo...te amo.

Para minha afilhada Thuanny e minha comadre/irmã Márcia, e também para minhas amigas do coração Juliana e Marli.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Maria Baima Cartaxo, por toda a atenção, confiança e comprometimento ético.

Um agradecimento especial as minhas "super" amigas Cristiane, Marilene, Valéria, Natalli e Milena, sem vocês eu não conseguiria. As colegas do curso de Serviço Social e que tem um lugar especial reservado no meu coração: Hellen, Edilaura, Dianês, Eliane, Jaqueline. Obrigada por tudo! Nossa...quanta gente!

A toda equipe da COPERVE, em especial a Magda, Tânia, Gil e Luciane por todo o apoio. Obrigado!

Agradeço especialmente a minha supervisora de campo Corina, por ter me orientado e me acalmado nos momentos em que precisei. Obrigada pelo conhecimento repassado, comprometimento e também pela amizade.

Aos funcionários da PRAE, que com muita atenção me recepcionaram: Aurélia, Deise e Eugênio, e também aos estudantes da Moradia Estudantil da UFSC que contribuíram para que esta pesquisa fosse realizada.

Enfim, a todos que entenderam o meu objetivo profissional e que participaram de maneira direta e indireta em minha formação.

Meu sincero carinho, respeito e admiração a todos. Obrigada!

EPIGRAFE

*“É melhor tentar e falhar,
que preocupar-se e ver a vida passar;
é melhor tentar, ainda que em vão,
que sentar-se fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar,
que em dias tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco,
que em conformidade viver ...”*

Martin Luther King

RESUMO

ROSA, Giselle Ferreira da. A Política de Assistência Estudantil - Um Estudo da Visão dos Universitários Residentes na Moradia Estudantil da UFSC. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006/2.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa apresentar a visão dos universitários residentes na moradia estudantil da UFSC quanto sua importância. A pesquisa foi realizada no período de estágio curricular. Num primeiro momento é feita uma explanação sobre a Educação e seus níveis, o funcionamento da educação no Brasil especificamente no Ensino Superior. Fizemos um levantamento de informações acerca do histórico da Moradia Estudantil da UFSC e da política de assistência voltada aos estudantes da UFSC. A pesquisa aplicada teve por objetivo identificar o perfil sócio-econômico e a visão dos estudantes acerca da moradia estudantil na formação acadêmica. O resultado desta pesquisa foi analisado através de gráficos e das respostas descritas, nas quais, foram constatadas diversas informações. Desta forma, reconhecendo suas necessidades e principalmente levando em consideração suas sugestões para um aprimoramento dos programas realizados.

Palavras-chave: Moradia Estudantil, universidade, política pública educacional, assistência estudantil.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Taxas de Analfabetismo – 2004-2005	17
Gráfico 2 – Anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais – 2005.	18
Gráfico 3 – Sexo dos entrevistados	36
Gráfico 4 - Idade	37
Gráfico 5 – Estado civil	37
Gráfico 6 – Estado de origem	38
Gráfico 7 – Curso dos entrevistados.....	38
Gráfico 8 – Turno de estudo dos entrevistados	40
Gráfico 9 – Formação do Ensino Fundamental e Médio.....	40
Gráfico 10 - Fonte de renda.....	41
Gráfico 11 - Renda.....	41
Gráfico 12 - Atividades de preferência (lazer).....	42
Gráfico 13 - Desenvolve atividades físicas	43
Gráfico 14 - Motivos da procura pela Moradia Estudantil	44
Gráfico 15 - Tempo que reside na Moradia	46
Gráfico 16 - Conhecimento dos projetos existentes na moradia.....	46
Gráfico 17 - Nível de satisfação com relação à moradia.....	47
Gráfico 18 - Localização da Moradia	49
Gráfico 19 – Nível de satisfação com a administração da moradia	50
Gráfico 20 - Dificuldades que interferem na vida acadêmica.....	51
Gráfico 21 - outras opções.....	52
Gráfico 22 –Consulta médica.....	53
Gráfico 23 - Crise Emocional	54
Gráfico 24 - Que recursos utilizou.....	54

Lista de Figura

Figura 1 – Organograma da UFSC.....	25
Figura 2 – Organograma da PRAE.....	30

Quadros

Quadro 1 – Número de instituições de curso superior segundo abrangência e categoria administrativa.....	21
---	----

Lista de Siglas

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior

IES – Instituições de Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PREG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

ProUni – Programa Universidade para Todos

UNE – União Nacional dos Estudantes

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PNE – Plano Nacional de Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

LOES – Lei Orgânica do Ensino Superior

CEU - Casa da Estudante Universitária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CIDADANIA....	14
1.1 - A EDUCAÇÃO NO BRASIL	14
1.2 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	18
1.4 - A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO	25
2 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	27
2.1 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	27
2.2 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL DA UFSC NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS.	28
3 - A MORADIA ESTUDANTIL COMO UMA CONDIÇÃO DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	34
3.1 - HISTÓRICO DA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC.....	34
3.2 - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA APLICADA NA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC	35
3.2.1 – Perfil dos entrevistados na Moradia Estudantil da UFSC	36
3.2.2 - Questões sobre a Moradia estudantil da UFSC	43
3.2.3 – Outras Considerações	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS.....	61
APÊNDICES	70

INTRODUÇÃO

A finalidade desta monografia é cumprir um dos requisitos para conclusão do curso de Serviço Social. Definimos então, como objeto de estudo a análise das condições de vida dos estudantes que residem na Moradia Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina e a visão que esses têm sobre a importância dessa moradia em suas formações, no contexto de uma reflexão acerca da Política de Assistência Estudantil ¹da UFSC.

Essa escolha deu-se a partir da convivência com esses moradores durante o período de estágio curricular que ocorreu de maio a setembro de 2006, momento em que, por meio do diálogo com esses estudantes, evidenciamos algumas de suas necessidades (renda, convívio com familiares), de suas perspectivas em relação à universidade e ao futuro, enfim, suas percepções e o significado da moradia estudantil nesse período de vida.

A partir da delimitação do objeto de estudo, os objetivos foram definidos:

- Analisar a Política de Assistência Estudantil da UFSC;
- Identificar a realidade sócio-econômica dos estudantes da Moradia da UFSC;
- Elencar a visão dos estudantes com relação à importância da Moradia Estudantil; e,
- Identificar a ação profissional do Assistente Social inserido no contexto da Moradia Estudantil da UFSC.

A metodologia utilizada para elaboração desta monografia, consistiu de uma pesquisa de campo do tipo quanti-qualitativa, cujos instrumentos para a coleta de dados foram: a observação; o questionário (apêndice A); e ainda a pesquisa bibliográfica e documental - livros, revistas, estatuto, relatórios, entre outros, para fundamentação teórica.

Entre os documentos analisados, utilizamos a ficha de cadastro (anexo A) sócio-econômico, o qual é preenchido pelos estudantes que buscam uma vaga na moradia. Analisando esse cadastro verificamos as diferentes formas de avaliação

¹ Consideramos Política de Assistência Estudantil, a assistência voltada ao estudante universitário da UFSC.

que se pode ter desse material, ou seja, ao mesmo tempo em que o estudante se cadastra a procura de uma vaga na moradia, também pode ser constatada a necessidade de algum outro benefício existente na área de assistência na Universidade.

A pesquisa identificou a partir de uma reflexão sobre a assistência social estudantil a realidade sócio-econômica e o nível de satisfação dos acadêmicos da Moradia Estudantil, indicando a necessidade de um programa de assistência estudantil que atenda aos anseios dos residentes da Moradia Estudantil da UFSC.

Esta pesquisa de campo foi aplicada para fundamentar este trabalho e também dimensionar a assistência praticada, buscando indicadores para basear programas e projetos que possam ter impactos positivos.

Foi estruturada em levantamento de dados sobre o perfil dos entrevistados, visão que os mesmos têm sobre a importância da Moradia Estudantil da UFSC e outras informações como: o resgate histórico da moradia e seu funcionamento atual, que podem ser úteis na implementação de novos programas e projetos na referida moradia.

O questionário aplicado foi composto de 29 questões, sendo duas totalmente abertas, 7 objetivas com direito a complemento e 20 questões objetivas. Dos 50 questionários aplicados, somente 25 foram respondidos e é sobre esse material que incidirá nosso estudo.

A monografia está dividida em três seções: na primeira apresentamos a conceituação da Educação, especificamente do nível superior, contextualizando a UFSC; na segunda seção, discorremos sobre a assistência social voltada ao estudante universitário; e, na terceira seção, apresentamos os dados colhidos junto aos estudantes da Moradia Estudantil. Finalizamos com as considerações gerais quando apontamos alguns aspectos do trabalho a serem considerados para um redimensionamento da Moradia Estudantil da UFSC.

A importância dessa monografia consiste, portanto, na possibilidade de aprimoramento e formulação de novos programas de atendimento utilizados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE em face ao aumento da demanda, assim como de identificação das necessidades dos estudantes constatadas pela pesquisa mencionada.

1 - A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE CIDADANIA

Nesta seção será abordado o conceito de educação bem como seu respaldo legal, subdividindo a educação formal em seus níveis de aplicação, visando demonstrar que a educação possibilita superar e melhorar a condição humana, que é marcada por carência e limitações. A educação é um dos aspectos de atendimento à cidadania, que vem complementar a formação, pois se refere à participação no exercício de direitos e deveres.

Mas, para uma melhor compreensão, é válido lembrar o conceito teorizado por Marshall (1963), de que a cidadania está relacionada diretamente como um conjunto de direitos sociais, concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. São eles: o direito civil, o direito político e o direito social. Este conjunto de direitos foi construído historicamente, considerando as necessidades de cada época.

O primeiro é composto pela noção de direitos civis, o direito político se refere à participação no poder político – como eleitor ou membro de organização política - e finalizando, o direito social, que envolve principalmente instituições com sistema educacional e os serviços sociais.

1.1 - A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Diante da realidade em que vivemos, percebemos que a educação tem significado fundamental em relação ao desenvolvimento das pessoas, das comunidades e da sociedade. A Educação, segundo Ferreira (1986, p.619), é o “processo de desenvolvimento da capacidade intelectual, que visa integração individual e social”, e pode ser entendida como um conjunto de ações que orientam o indivíduo no seu comportamento, suas atividades e relações sociais. Contudo, entendemos a educação como transmissão e aquisição de conhecimentos, com ampliação e diversificação do saber com auto-reflexão crítica, e não como simples transporte de informações no processo educacional.

A Educação é objeto de debate e proposta nos discursos políticos, e também é tema de discussão na sociedade brasileira. Pois a educação é um

instrumento de formação, seja no ambiente familiar ou nas instituições. E por isso, existem vários dispositivos legais que contemplam a garantia de direitos sobre a educação aos cidadãos, como a Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que deu suporte legal para a implementação e organização da política educacional do país:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

E se constitui como direito do cidadão e dever do Estado segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Aranha (1996) defende a educação como uma instância mediadora que torna possível a reciprocidade entre indivíduo e sociedade, sofrendo os efeitos da ideologia por estar ligada diretamente à política. A educação como agente de formação, deve estimular a autonomia e a desalienação, fornecendo por meio do conhecimento o desenvolvimento do cidadão. Ferreira (1993) assim define:

[...] a formação do cidadão como um dos fins da educação, atribuindo às instituições de ensino, [...] o dever de dotar os jovens de condições básicas para o exercício consciente da cidadania. (1993, p.22)

A cidadania está diretamente relacionada, entre outras, ao atendimento de educação, uma vez que possibilita a construção e o desenvolvimento do homem e da sociedade. Segundo Marshall (1963), isto implica numa luta desse homem para adquirir direitos sociais entendido por mínimos sociais.

Por isso, as instituições de ensino têm por função a intervenção no processo de desenvolvimento do ser humano contribuindo com a autoformação humana e social. Parafraseando Azibeiro (2002), é importante perceber que a variação no significado de cidadania ocorre ao longo da história, e que nunca é uma conquista definitiva, mas sim, um processo de reconquista cotidiana.

Para abranger a demanda de uma população em idade escolar, ou seja, de 06 a 25 anos de idade, a educação formal no país é dividida em níveis, sendo eles: ensino fundamental (de 1^a a 8^a série)²; ensino médio (1^a a 3^a série do segundo grau); e ensino superior (graduação, pós-graduação, lato e stricto sensu).

Para abranger a demanda efetiva dessa formação, necessitamos de um ensino de qualidade desde o ensino fundamental, estimulando a consciência crítica e participativa, que conseqüentemente torne o cidadão com senso crítico e democrático.

Nesse sentido deve o Estado implementar política pública de educação nos diversos níveis. O conceito de público deriva do latim *res publica* que significa “coisa pública”, ou seja, no domínio de todos. Mas, infelizmente, as políticas públicas que deveriam ser entendidas pelos governos como forma de atender as reais necessidades de uma determinada situação e população envolvida, vêm demonstrando uma tendência em priorizar interesses privados conforme abordaremos quando nos referirmos à reforma universitária.

É a partir da implementação efetiva de políticas públicas que podemos perceber a distribuição do dinheiro público em bens e serviços voltados à população. Quando isso não ocorre, tem impulsionado, às vezes, o surgimento de manifestações em prol de melhorias e real aplicação da verba pública.

A partir da década de 1950 ocorreram no país manifestações quando da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBDN em prol do ensino público, promulgada somente em 1961, reivindicando do Estado a responsabilidade no atendimento às necessidades educacionais. Sendo reformulada, discutida por anos e aprovada em 1996, com nova nomenclatura: LDB. Mesmo depois de aprovada a LDB não é considerada definitiva, dependendo de articulação com o PNE e a atuação do Estado.

Segundo Saviane (1987), a pretensa neutralidade do Estado considerada por ele como uma “ilusão liberal”, tem mostrado claramente sua real posição com relação a Educação, tendendo apoiar os interesses das classes patronais, quando da abertura para as privatizações.

² Mudou através da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, ampliando o ensino fundamental para nove anos.

O reflexo desta má atuação do Estado no âmbito da Educação até os dias atuais, pode ser mostrado em pesquisas recentes como as que serão citadas abaixo e posteriormente comentadas.

O gráfico 01 dispõe sobre informações sobre o declínio no índice de analfabetismo no país, que, segundo os dados da PNAD³ de 2004, o Brasil possui ainda uma proporção de 11,4% de sua população analfabeta, o que vem enfatizar a análise acerca da limitada presença do Estado com relação à política pública educacional efetiva que permita o acesso e, por conseqüência, o aumento da escolaridade da população brasileira.

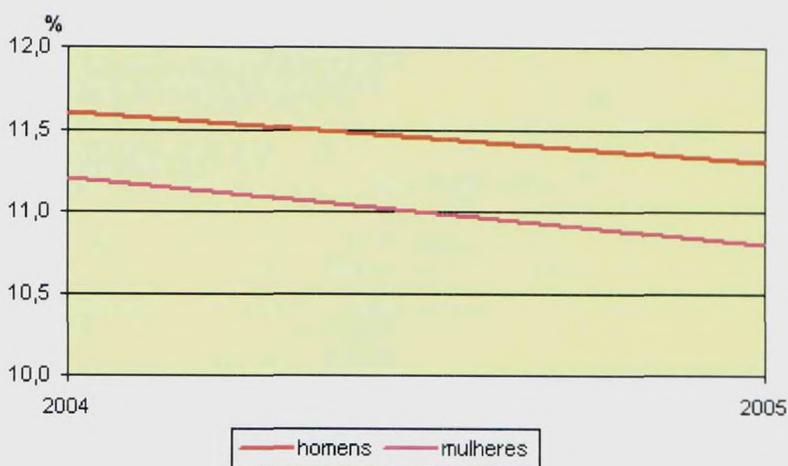


Gráfico 1 – Taxas de Analfabetismo – 2004-2005

FONTE: IBGE/2004.

A partir das informações constantes no gráfico 02, podemos concluir que a maioria das pessoas atinge apenas o ensino fundamental (de 4 a 7 anos de vida estudantil), o que tem por conseqüência o atraso no processo educacional de formação e pode ser justificado por diversos fatores, como por exemplo, a situação financeira em que o cidadão está vivenciando e a dificuldade no acesso e permanência.

Também nas palavras de Yazbek (2001, p.34), “pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção

³ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada anualmente, neste caso em 2004. Esta pesquisa tem por finalidade demonstrar em dados estatísticos a situação econômica e social no qual está inserida a população brasileira, contendo informações sobre educação, saúde, habitação entre outros.

na vida social”, neste sentido, a educação como instrumento de inclusão deveria ter tutela ampla do Estado.

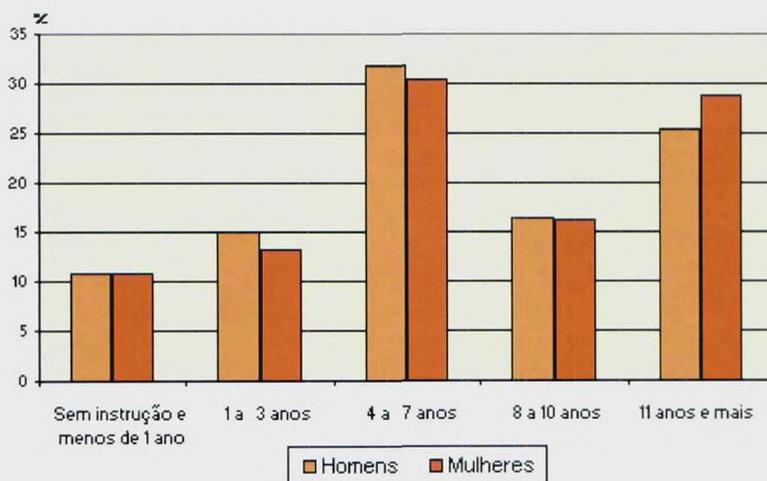


Gráfico 2 – Anos de estudo das pessoas de 10 anos e mais – 2005.
 FONTE: IBGE/2004

Para tanto, é preciso conhecer o percurso da política pública na área da educação, no Brasil, e entendê-la como conquista da sociedade civil que impondo-se ao Estado reivindica a ampliação de seus direitos, transparência na organização e gestão do ensino público.

Para que ocorra um maior e efetivo acesso à educação, faz-se necessário um maior comprometimento e investimento do Estado que possibilite e garanta o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade desde o ensino fundamental até o nível superior.

Considerando a educação no país, com enfoque no ensino superior, discorreremos a seguir uma breve explanação do tema.

1.2 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A desigualdade no acesso ao Ensino Superior ocorre desde o Brasil Colônia, onde só tinha oportunidade de entrar no nível superior os filhos dos grandes latifundiários, que tinham como financiar os estudos e graduações nas escolas e Universidades Européias. Hoje, o número de estudantes de baixa renda que

consegue entrar em uma universidade pública é irrisório se comparado ao número de estudantes com situação financeira estável, pois, além da pobreza, agregam exclusão de natureza étnica⁴ e cultural.

No entendimento de Pereira (1999 p.56), o recurso para o enfrentamento dos fatores anteriormente citados e que excluem os indivíduos do exercício pleno dos direitos tem sido a de “amenizar essa incômoda presença com programas de proteção que apóiam-se na seletividade ou focalização das políticas sociais e na desobrigação do estabelecimento de mínimos sociais como direito de todos”, e vem fragmentar o real objetivo da educação como universalidade.

Para tratarmos desse assunto, iremos primeiramente contemplar a democratização do ensino, ou seja, como funciona o ensino público e o acesso a ele e dados que exemplifiquem a situação atual. Segundo o Censo da Educação Superior em 2004, foram oferecidas 2.320.421 vagas, 317.688 a mais que no ano anterior (aumento de 15,8%). Inscreveram-se para disputar essas vagas em 2004, 5.053.922 candidatos, 152.487 a mais que em 2003, representando um acréscimo de 3,1% na demanda por vagas. (2004)

Isso significa que não há o atendimento a real demanda por educação superior na sociedade brasileira, contrariando a perspectiva da universidade como espaço democrático e de reafirmação do saber, com indivíduos de diferentes culturas, opiniões e classes sociais, que conforme Chauí deve ser:

[...] uma instituição social. No entanto, pode-se defini-la, ainda, de maneira simplificada, como um patrimônio social, uma instituição histórica, que tem como especificidade produzir e difundir o conhecimento; contribuir no processo de formação de homens críticos e criativo, capazes de se colocarem como sujeito de sua história. Ela faz por meio do ensino, da pesquisa e da extensão (1999, p.3).

A universidade deve assegurar condições de ensino⁵ com dignidade e patamares de qualidade, formando cidadãos com conhecimentos aperfeiçoados para inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente oportunizando ascensão social. Assim, a universidade torna-se geradora de efetiva inclusão, assegurando o que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei nº 9394/96,

⁴ Consideramos neste caso, todo atraso no desenvolvimento dos negros em virtude da escravidão.

⁵ Segundo Ferreira (1986) ensino é a transmissão de conhecimento, informações e esclarecimentos indispensáveis à educação para um determinado fim ou instrução.

de 20 de dezembro de 1996, no item Educação Superior que em seu artigo 43 tem por finalidades:

- I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio de humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No entanto, o aumento das exigências do mercado frente à globalização faz com que a sociedade pressione o Estado para implementação de políticas de melhorias na Educação e, por conseguinte, o aumento de vagas que venha atender à demanda nas Universidades Públicas. O Estado recebe verbas para manutenção, e administração dessas, devendo ser pensada não como custo, mas sim como investimento.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE⁶, aprovado pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, foi elaborado para enfrentar os problemas no ensino nacional, em todos os níveis da educação, de modo a promover e renovar seu desenvolvimento. O PNE estabelece ainda que a oferta global de vagas no

⁶ O PNE aborda os diversos níveis da educação, como por exemplo, a educação básica, a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o nível superior. Compreende ainda as modalidades de ensino: educação de jovens e adultos; educação a distância e tecnologias educacionais; educação tecnológica; educação especial e finalizando, a educação indígena.

Ensino Superior deve triplicar até 2010. No entanto, é válido lembrar como se encontra a educação superior no Brasil, vide quadro 01:

	Federal	Estadual	Municipal	Privado	TOTAL
SC	3	1	3	103	110
RS	9	1	0	96	106
PR	2	17	3	168	190
SP	5	23	25	534	587
MG	24	4	0	311	339
ES	3	1	1	105	110
RJ	10	15	2	122	149
TO	2	1	1	29	33
PI	2	1	0	32	35
CE	3	3	0	47	53
SE	2	0	0	12	14
RR	2	1	0	8	11
RO	2	0	0	25	27
PE	5	2	18	75	90
PA	3	1	0	25	29
AM	2	1	0	16	19
AP	1	0	0	12	13
PB	3	1	0	32	36
DF	1	1	0	81	83
GO	4	1	4	67	76
MS	2	1	0	41	44
MT	3	1	1	52	57
AL	3	5	0	21	29
AC	1	0	0	8	9
BA	3	4	0	121	128
MA	2	1	0	23	26
RN	3	2	0	18	23
TOTAL	105	89	58	2184	2426

Quadro 1 – Número de instituições de curso superior segundo abrangência e categoria administrativa

FONTE: MEC/INEP (2007)

Devemos considerar que do total de Instituições de Ensino Superior - IES na categoria federal, 53 unidades são universidades e, o restante está dividido entre centro universitário e ensino superior tecnológico. Essas divisões também valem para as demais categorias.

A partir deste quadro, podemos confirmar a recente reportagem divulgada no jornal Diário Catarinense em 13/12/2006, intitulada de: “Ensino Superior – O Sul é 3º em número de Universidades” atualmente com 406 instituições. Mas

também, a diferença gritante no número de instituições de ensino superior em suas categorias (pública e privada).

Face a isto, é necessário fazer uma discussão sobre a universidade pública, sendo ela compreendida como um espaço que deve existir a serviço da sociedade, contribuindo para a produção e socialização do saber, para a distribuição eqüitativa do conhecimento como condição de democratização e formação profissional, para a melhoria da qualidade de vida e construção da cidadania.

Neste sentido, reforçar a luta contra a exclusão com base na educação como direito universal, tornando a universidade pública ampla (em número de vagas), a fim de acolher como o público alvo as camadas da população menos favorecidas.

A Educação Superior deve não apenas produzir conhecimento, mas também ser capaz de gerar e transferir inovação tecnológica, interagindo com os setores produtivos. Assim, a Educação Superior que associa ensino e pesquisa deve ser tratada como investimentos no país, buscando aperfeiçoamento, necessitando de reformas educacionais que visem o crescimento intelectual do aluno e também da instituição, reformas estas que devem priorizar o ensino público.

1.3 - REFORMA UNIVERSITÁRIA

A reforma universitária está em tramitação no Congresso e é vista como uma das prioridades do Ministério da Educação, Projeto de Lei nº 7200/06, que visa contribuir na promoção e na qualidade do Ensino Superior. Sobre a Reforma Universitária cabe ressaltar que tem como principais pontos a implementação da autonomia nas instituições e a democratização do acesso ao Ensino Superior, aceitando a retração do Estado como participante no financiamento e gestão.

Nesse sentido o projeto da reforma universitária está corroborando para a privatização do ensino público de qualidade e demonstrando o descaso com a educação do país, que a cada dia sofre com a desregulamentação do ensino e a fragmentação cada vez maior do ensino superior e sua possível perda de qualidade.

Na visão de Chauí (2003, p.6), “a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático”, por isso a autonomia consiste em um processo que envolve redefinições, em suas normas de formação, ampliando a democracia e a transparência em nossas instituições, seja na administração intelectual e no desenvolvimento de gestão financeira. E novamente Chauí completa:

[...a autonomia universitária só será efetiva se as universidades recuperarem o poder e a iniciativa de definir sua próprias linhas de pesquisa e prioridades, em lugar de deixar-se determinar externamente pelas agências financiadoras (2003, p.13).

Com relação ao financiamento, deve ser compatível com as atribuições a elas delegadas, para não colocar em risco o nível de qualidade mínima esperada, fazendo com que haja um crescimento no número de matrículas e maior interação entre a universidade e a sociedade.

Entendemos que o texto do projeto deveria salientar a importância do conhecimento de forma geral, descartando a privatização das universidades, com o fim da gratuidade, considerando a pesquisa como condição de desenvolvimento econômico, social e humano.

As iniciativas privatizantes - compreendidas pela venda de uma empresa estatal do setor público para o setor privado, e neste caso, do não investimento direto do Estado nas instituições públicas de nível superior - como as que se encontram no próprio texto da reforma que fazem do conhecimento elemento para o capital financeiro, e também fazem com que a educação superior torne-se objeto de mercado, cada dia mais próximo das mãos capitalistas, e longe do acesso àqueles que por direito deveriam ser contemplados.

Daí por que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior - ANDIFES é contrária à privatização e inteiramente favorável à democratização do acesso à Universidade, em especial à Universidade Pública Federal, e considera que a inclusão constitui política pública relevante.

Ao financiar a Educação Superior em instituições privadas, de cunho mercantil como o caso do Prouni – que muitas vezes oferecem cursos de má qualidade, o Estado deveria investir nas universidades públicas existentes (federais, estaduais e municipais), seja em corpo docente, servidores técnico-

administrativos, estrutura física, até na ampliação do acesso e conseqüentemente do ensino, pesquisa e extensão.

O Estado ao prover as despesas em relação ao ensino superior conforme já mencionado, acaba comprovando sua “inabilidade” ao repassar a responsabilidade de ensino às instituições privadas. As Universidades que até o momento conseguiram conquistar e manter um patamar de qualidade foram através de lutas, movimentos estudantis e sindicais no âmbito da esfera pública.

É importante lembrar que a reforma universitária proposta vem não só fragmentar o ensino superior em universidades, centros tecnológicos, faculdades e centros de ensino à distância (semi-presenciais), como também promover graduações curtas com qualidade abaixo do exigido no conceito de educação entendido como direito social. E assim, precarizando e degradando o ensino público em função da financeirização.

Além disso, dentre as propostas da reforma, o financiamento de recursos voltados para a assistência aos estudantes não cobriria sequer os custos com os restaurantes universitários. Por fim, a reforma prevista minoriza a atuação do Estado, que deveria transpor financiamento adequado, fugindo do retrocesso. Mas, se aprovada, vai tornar a formação acadêmica oferta somente do setor privatista com novos cursos que se disseminaram em todo o território brasileiro.

1.4 - A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Baseada na Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960 (Decreto 64824 de 15 de junho de 1969), a UFSC - autarquia de regime social, vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição de ensino superior que está dimensionada no ensino, pesquisa e extensão. Tem como sede o Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Santa Catarina, e tem por finalidade:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (Assembléia Estatuinte em 04/06/1993).

Em razão disso, a universidade está estruturada em departamentos, subunidades universitárias, e dispõe da ajuda de órgãos suplementares de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante. Conforme a figura do organograma a seguir:

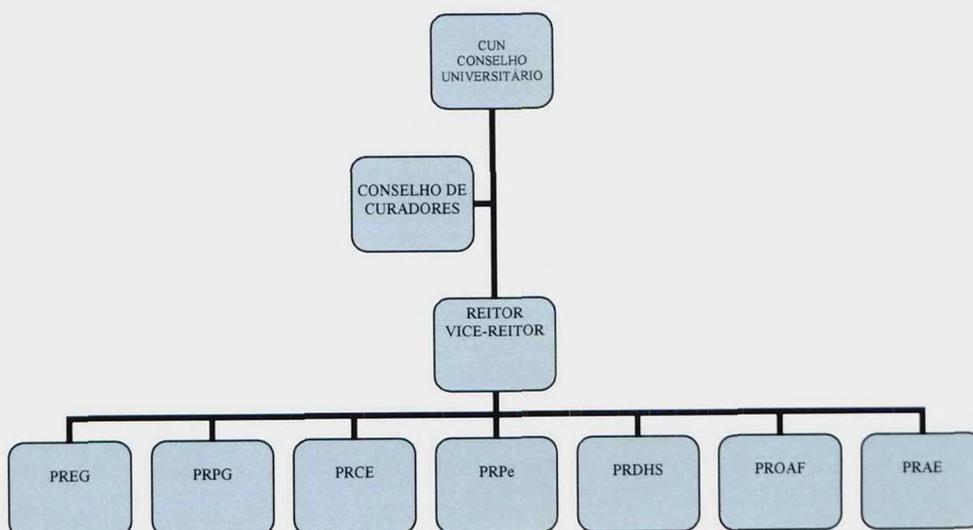


Figura 1 – Organograma da UFSC

O Conselho Universitário (CUn) é o órgão máximo deliberativo e normativo da universidade com competência para definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados. Entre as suas principais competências podemos assinalar: exercer como órgão deliberativo, consultivo e normativo a jurisdição superior da universidade em matéria de ensino, extensão e administração.

O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da universidade. Nessa instância são aprovados: a prestação de contas anual da universidade, os acordos e convênios da mesma e a alienação e a transferência de bens da universidade, execução orçamentária, entre outras competências.

Atualmente a UFSC possui 7 Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Orçamento, Administração e Finanças, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa.

Na próxima seção, estaremos detalhando a missão e o funcionamento da PRAE.

2 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Esta seção tem por finalidade discorrer e analisar a assistência social voltada para o estudante, realizada na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina - PRAE.

2.1 - ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

De acordo com Mattos (2005), somente em 1930 a política de assistência ao estudante foi afirmada pelo Estado através da Lei Orgânica do Ensino Superior - LOES, decreto 1.985/031. Perpassada pela Constituição Federal de 1946 em seu artigo 172 e também pela LDB/61, constitui-se como política de caráter e de assistência somente ao aluno de baixa renda, e não como uma Política de Assistência Estudantil que contemple toda a camada de universitários.

Atualmente a Assistência Estudantil consiste na democratização do acesso e é fundamental para garantir a equidade de oportunidades para os estudantes, bem como a permanência nas universidades, principalmente para aqueles que apresentam condição socioeconômica desfavorável ou necessidades especiais. Tem como finalidade o atendimento de políticas públicas direcionadas aos universitários, para que sejam autênticas e garantam os direitos de acesso e permanência numa instituição pública de ensino superior com qualidade.

Segundo informações da Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE , a assistência estudantil surgiu com o movimento na educação em prol dos benefícios educacionais, pois só a gratuidade não garante a assistência. Concomitantemente a União Nacional dos Estudantes - UNE conseguiu, em 2002, a inclusão da assistência estudantil na Lei de Diretrizes Orçamentárias, impedindo o retrocesso de vários projetos e atendimentos voltados aos estudantes.

Ao falarmos de universidade pública e de assistência estudantil, demonstramos a importância de ambas para o desenvolvimento social, da democracia e da cidadania, pois prioriza o indivíduo como parte integrante da

coletividade em luta por acesso e permanência. No momento em que buscamos na Educação mais um campo de atuação para o profissional do Serviço Social.

Dentro dessa perspectiva, trazemos a assistência estudantil como um espaço novo, desafiador, onde se propõe relações de caráter educativo, politizador e de participação com conseqüente fortalecimento de cidadania. A referida assistência baseada no princípio de universalidade, contribuindo para o acesso e permanência, tende a estar relacionada e articulada a educação formal.

2.2 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL DA UFSC NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS.

Primeiramente, é imprescindível considerar a realidade social na qual está inserido o povo brasileiro, revestidos por injustiças sociais tais como: má distribuição de renda e exclusão social. Somado a essas injustiças sociais existem políticas sociais ineficientes, residuais, paliativas, seletistas e focalistas.

Em face dessa realidade, a Política de Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988 e posteriormente regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS em 1993, exige a criação de alternativas que contribuam para a proteção social, conforme o seu artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado e Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993)

Assim, a Política de Assistência Estudantil da UFSC, visando a permanência e manutenção dos estudantes no nível superior, que apresentam a realidade social diferenciada, intervém no sentido de apoio em suas necessidades com complementação financeira, através de Programas de bolsas e concessão de benefícios auxiliares para alimentação e tratamentos de saúde, assim como, orientação para possibilidades de moradia com menor custo.

A UFSC é uma das poucas universidades que tem em sua estrutura administrativa uma Pró-Reitoria específica para assistência estudantil, objetivando a promoção na perspectiva do desenvolvimento dos seus alunos de graduação.

Desta maneira, a PRAE é um órgão institucional responsável, entre outras coisas, pela política estudantil da UFSC. Essa Pró-Reitoria visa auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas, e foi criada para apoiar políticas, ações e programas estudantis, visando melhorar as condições de permanência estudantil na UFSC. Tem como objetivo, garantir a igualdade e oportunidade aos alunos da graduação da UFSC, proporcionando e viabilizando condições de permanência, pois:

A assistência estudantil é considerada como uma dimensão da política de assistência social, um dever do Estado e insere-se na luta pelo direito à educação por meio da universidade pública, gratuita e de qualidade social. Assim, é dever desta instituição, a universidade, na condição de representante do Estado, suprir as necessidades básicas dos estudantes. (CARVALHO E MARTINS, 2002 p. 1621).

A assistência social estudantil visa à melhoria do desempenho acadêmico, prevenindo a evasão escolar, principalmente aquela decorrente de dificuldades sócio-econômicas, pressupondo condições concretas de permanência.

Atualmente a PRAE é composta pela secretaria e dividida em: Departamento de Assuntos Estudantis (DeAE), Coordenadoria de Serviço Social (COSS), e Restaurante Universitário (RU). E suas divisões: Coordenadoria de Apoio a Política Estudantil (CAPE), Laboratório de Informática (LABUSFC), Divisão de Atendimento Estudantil e Divisão de Contrato de Concessão.

Sua missão é desenvolver política estudantil, visando à interação do estudante no meio acadêmico por meio de um gerenciamento de ações em articulação com as demais áreas afins, e viabilizando condições para sua permanência na UFSC.

Para um melhor entendimento segue o organograma da PRAE:

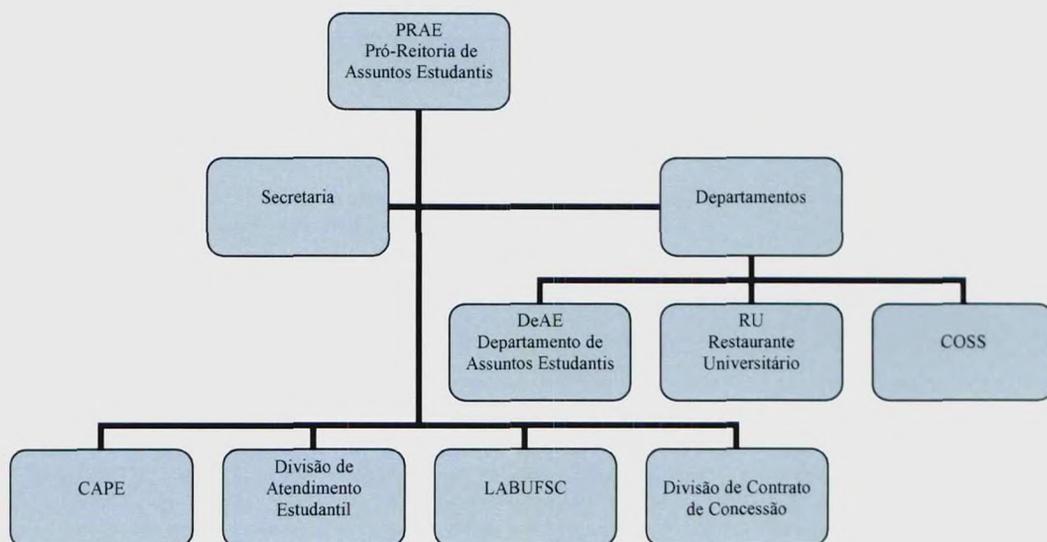


Figura 2 – Organograma da PRAE

O DeAE apóia a apresentação de artigos científicos, viagem de estudos e participação eventos nacionais e internacionais. Trabalha concomitantemente com o Restaurante Universitário cuja missão é promover e manter a saúde de seus usuários através do fornecimento de uma alimentação sadia e diversificada, produzida dentro de um rigoroso padrão de qualidade, atendendo uma média diária de 3.600 (três mil e seiscentas) refeições.

Dentro desse contexto está o Serviço Social da UFSC que obteve uma conquista na última gestão (2004-2008), pois a assistência estudantil era um dos serviços prestados por outra Pró-Reitoria, hoje extinta, a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade que desenvolvia seu trabalho voltado para os assuntos relacionados ao corpo discente, servidores docentes e técnico administrativo, e que não atendia a contento esta questão. Dentre as justificativas para a criação de uma Pró-Reitoria voltada a assistência estudantil, estava presente a necessidade do desenvolvimento de ações, programas e projetos que pudessem reduzir as desigualdades sócio-econômicas e culturais entre os estudantes, contribuindo assim para sua permanência na UFSC.

A Coordenadoria de Serviço Social da PRAE atende os alunos em diversas dificuldades, entre elas o deslocamento do ambiente familiar e cultural para o ambiente universitário, provocando, muitas vezes, conseqüências comportamentais e emocionais como: dificuldades de adaptação, desencontro na

opção profissional demandando orientação nesse sentido, solidão (no caso daqueles provenientes de outras cidades, estados e até mesmo de outros países).

Por essas razões é importante realizar programas de acolhimento e recepção ao estudante, independentemente de ser calouro ou veterano. Pois, no decorrer da vida acadêmica, e por consequência dos fatores já citados, podem ocorrer situações de crise. Nessas situações, os estudantes necessitam de encaminhamentos para atendimento específico, identificando serviços de atendimento psicológico e de saúde oferecidos pela UFSC e da comunidade externa.

O Serviço Social na PRAE em sua intervenção elabora, coordena e executa programas que atendam às demandas sociais apresentadas por estudantes da UFSC tais como:

Bolsa de treinamento – atende aos estudantes de graduação de baixa renda, possibilitando auxílio financeiro através da iniciação no exercício profissional, num campo de treinamento em que as atividades a serem executadas sejam relacionadas à sua área de estudos. Gerencia solicitações de bolsistas e orienta os supervisores. Seleciona e acompanha bolsistas, como também gerencia a folha de pagamento dos mesmos através de recursos da UFSC.

Seleção Sócio-Econômica – realiza análise através de cadastro sócio-econômico e da documentação comprobatória apresentada, mediante entrevista com o estudante levando em consideração os indicadores de renda familiar, número de dependentes, despesas com moradia, situações de doença familiar.

Aulas Particulares – este programa visa cadastrar alunos com interesse em ministrar aulas particulares em nível de 1º, 2º e 3º graus, como alternativa de trabalho remunerado para o universitário.

Recepção ao Calouro – contribui para um ambiente de acolhimento e de informação, trabalhando juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG na organização de encontro de turmas de calouros nas dinâmicas de apresentação e integração dos cursos. Orientando sobre benefícios e serviços da UFSC.

Orientação Habitacional – orienta e encaminha os estudantes interessados em alojamentos na comunidade externa, ou seja, próximo ao Campus.

Cursos Extra Curriculares – Viabiliza vagas em cursos extra curriculares de língua estrangeira, em conjunto com o Departamento de Língua Estrangeira do Centro de Comunicação e Expressão, através de análise sócio-econômica dos interessados.

Concessão de Auxílio – atendimento em situações emergenciais e de crise, mediante avaliação sócio-econômica para concessão de óculos, passes do RU e reembolso de exames e consultas.

Acompanhamento a Moradia Estudantil – realiza seleção socioeconômica dos candidatos à moradia e encontros para integração dos moradores. A PRAE também participa das reuniões do Conselho na Moradia. Realiza também, o acompanhamento em situações emergenciais, e atendimento individual.

Orientação nas situações de dependência química e saúde mental – atende estudantes encaminhados por professores, coordenadores de curso ou por iniciativa própria. Identifica a necessidade de encaminhamentos para atendimentos específicos.

Em suas divisões, a PRAE conta com assessoria da CAPE, que coordena a Moradia Estudantil com suas 151 vagas e seus usuários. Também coordena o registro e acompanha as representações discentes como centro acadêmico e diretório central dos estudantes. Os recursos arrecadados com os contratos administrativos dos pontos comerciais da UFSC são repassados para a PRAE para serem aplicados nos programas citados.

Já o LABUSFC objetiva atender estudantes regulares da UFSC na área da informática. Disponibiliza atualmente 234 microcomputadores com um atendimento diário de 4.000 (quatro mil) estudantes, aumentando o número nos finais de semestre. Seu objetivo é manter e melhorar a coordenação de apoio à informática para o atendimento a alunos da graduação.

Essas são algumas questões levantadas e discutidas no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, que tem por objetivo formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação e o

fornecimento das ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional.

Segundo a ANDIFES, a política de assistência ao estudante deve ser constituída de um Fundo de Financiamento para a criação e manutenção de programas institucionais, inclusive de apoio acadêmico aos estudantes portadores de necessidades especiais. Assim, é fundamental que ela seja vinculada a recursos orçamentários, de responsabilidade do Estado para com a assistência ao estudante nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, como, por exemplo, no aumento de vagas proporcional ao aumento e melhoramento de infra-estrutura. Mas não basta que ocorra abertura de vagas ao ensino superior gratuito, é necessário que o estudante tenha moradia, alimentação e condições de saúde assegurando sua permanência.

A prestação dos serviços assistenciais aos estudantes é definida a partir de critérios sócio-econômicos, com análise através do Cadastro Sócio-econômico e da documentação comprobatória apresentada. Realizada mediante entrevista com o estudante, tem como referencial os seguintes indicadores agravantes da situação familiar: renda familiar; número de dependentes; despesas do estudante com moradia; situações de doença na família e situações de desagregação familiar.

Para uma análise e seleção efetiva, devemos considerar a demanda envolvida, a existência de política pública voltada ao desenvolvimento acadêmico e os recursos destinados a esse fim, para que a assistência estudantil estabeleça equidade e condições de ensino.

A assistência sempre esteve em pauta nas reuniões da UNE, que sempre buscou a elaboração de uma política de assistência estudantil compreendida como elemento indispensável na formação do cidadão e da inclusão social. Neste contexto, lutando pelo aumento e direcionamento de verbas para os programas de assistência estudantil.

3 - A MORADIA ESTUDANTIL COMO UMA CONDIÇÃO DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

3.1 - HISTÓRICO DA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC

Em 1960, inaugurou-se a Universidade Federal de Santa Catarina, e com isso a necessidade da criação de uma Moradia para os estudantes do interior do estado. Mas somente em 1962 foi fundada a Casa da Estudante da Juventude Católica de Florianópolis, que tinha vínculo com a igreja católica. Foi criada por iniciativa de um grupo de senhoras (professoras e profissionais liberais) que expressaram uma preocupação com a situação da moradia estudantil, até então inexistente. O “abrigo” era exclusivo para o núcleo feminino.

Em 1968 ocorreu a oficialização da Casa, com nova denominação: Casa da Estudante Universitária, desvinculando-se parcialmente da intervenção da igreja e passando tal responsabilidade (aluguel e manutenção) para o Estado. A casa possuía precárias condições quanto à estrutura física e mobiliária, tendo perdurado dessa forma por mais de 10 anos. Mas, o desprezo do Estado para com a moradia era tão grande que, em 1981, houve ameaça de despejo por falta do pagamento do aluguel. Situava-se na Rua Esteves Júnior no centro de Florianópolis e apesar das péssimas condições de conservação, funcionou por mais de 32 anos.

“Moradia Estudantil é concebida como espaço político, social, cultural e de lazer. Reafirmando, um espaço de educação onde os estudantes discutem e encaminham, entre outras situações, suas questões internas e a luta pela sobrevivência.” (Carvalho e Martins, 2002 p. 1620).

A partir dessa época surgiu uma movimentação de estudantes com demanda expressiva em prol da construção de uma moradia estudantil, lançando a campanha catarinense: Pró-Construção da Moradia Estudantil por meio de um projeto arquitetônico, que previa a construção de 276 apartamentos com capacidade para abrigar 1400 alunos.

Em 1985, foi iniciada a construção do primeiro prédio da Moradia Estudantil, o Centro Comunitário Estudantil, situado no Campus da UFSC, que

findou somente em 1994. Nesse mesmo ano um grupo de moradores da Casa da Estudante Universitária, que estava em situação de despejo, mudou-se para aquele centro, fazendo com que esse se transformasse em moradia permanente, apesar das precárias condições e inacabada estrutura, tornando-se a nova Casa da Estudante Universitária – CEU.

Dezoito anos depois do projeto inicial é inaugurado em 2003 o primeiro edifício dos cinco que constavam na planta original. E, também, foi feito pedido de confecção e instalação da mobília. Esse prédio atende estudantes do sexo masculino e feminino, tornando-se uma moradia mista.

A Moradia Estudantil está ligada à PRAE e é disciplinada pela Resolução nº. 006/Cun/200329 de abril de 2003 que aprovou o Regimento Interno da Moradia. Define por moradores todos aqueles matriculados em curso de graduação oferecido pela UFSC, que more fora da Grande Florianópolis e tenha baixa renda conforme portaria 006/PRAE/2006 (anexo B). Visa o desenvolvimento do processo educacional e, por isso, entendemos a moradia como parte fundamental na formação acadêmica.

Com base no relatório do FONAPRACE em 2004, ficou claro a existência de poucas moradias vinculadas a universidades federais, com apenas 2,6% dos universitários das IFES, residentes em moradia estudantil. Isso implica em dizer que, o número baixo de estudantes que ocupam essas moradias é proporcional ao número de moradias existentes.

Além de despender forças (políticas e financeiras) para a construção de novos módulos da moradia é necessário acompanhar seu desenvolvimento e estar ciente da real situação em que se encontra. Diante deste fato a aplicação da pesquisa e sua conseqüente análise trarão subsídios para a formulação de propostas de melhorias.

3.2 - ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA APLICADA NA MORADIA ESTUDANTIL DA UFSC

Neste item iremos destacar a importância de estatísticas resultado de uma coleta qualificada dos dados, a tabulação, o processamento, a análise e a disseminação das informações. Vale salientar que, sem a mobilização dos

moradores em responder o questionário seria impossível constatar as informações detalhadas a seguir.

3.2.1 – Perfil dos entrevistados na Moradia Estudantil da UFSC

Consideramos para análise do perfil dos estudantes os seguintes elementos: sexo, idade, estado civil, estado de origem, o curso e turno em que os entrevistados estão matriculados, sua fonte de renda e valor, atividades de preferência, entre outras informações que vêm delinear o perfil dos estudantes residentes na Moradia.

Com relação ao sexo, é visível o número de estudantes do sexo feminino como maioria dos habitantes da casa, com 84% do total de pesquisados, este resultado vêm complementar as recentes pesquisas de que o número de mulheres cursando o nível superior aumentou consideravelmente. Inclusive no relatório oficial do vestibular UFSC/2006⁷, o número de mulheres inscritas alcançou 52,13%. Mesmo não tendo o maior nível de aprovação, mostramos claramente a procura do núcleo feminino pelo acesso no nível superior.

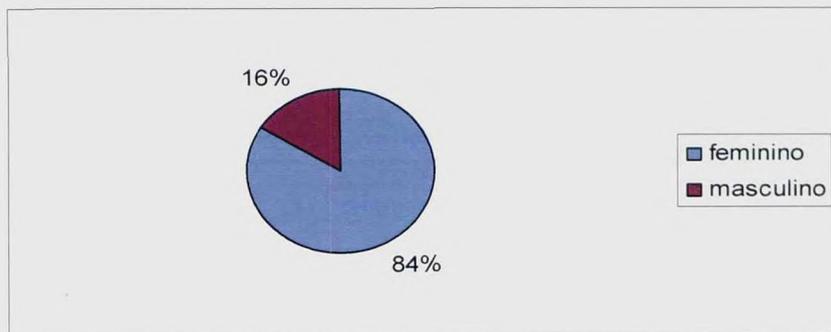


Gráfico 3 – Sexo dos entrevistados

Com relação a faixa etária podemos afirmar que mais da metade dos entrevistados possui entre 20 e 25 anos de idade, totalizando 56%, recém egressos do ensino médio. E 21% estão com idade entre 26 e 30 anos. Esse índice pode ser reflexo de condições e dificuldades enfrentadas pelos estudantes

⁷ Relatório Oficial do Vestibular UFSC/2006 – Elaborado e divulgado pela Comissão Permanente do Vestibular da UFSC – COPERVE, após finalização do processo seletivo. Neste documento constam estatísticas baseadas no questionário sócio-econômico respondido pelos candidatos inscritos, estatísticas referente níveis de dificuldade das provas e provas comentadas.

como, por exemplo: conciliação de horários entre trabalho e estudo e dificuldades financeiras.

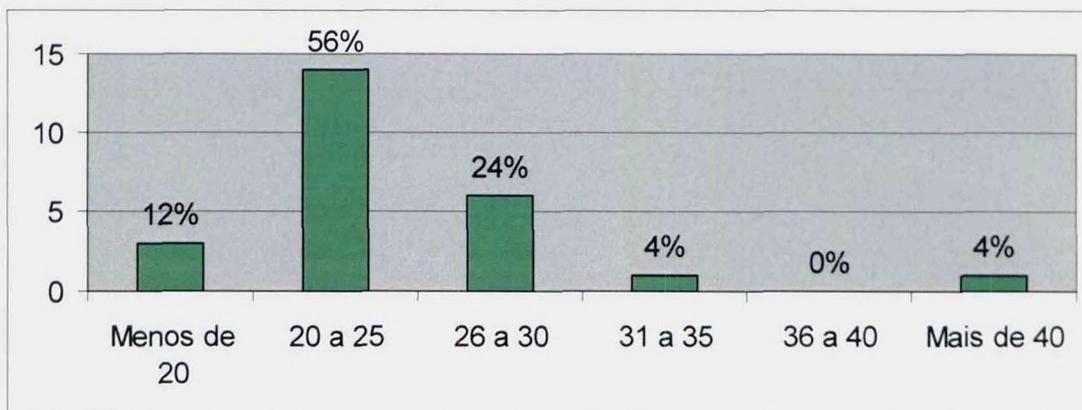


Gráfico 4 - Idade

Também com o auxílio do Relatório do Vestibular pudemos comparar com os dados do gráfico 05, que explica que 96% dos estudantes são solteiros. Esses futuros alunos da UFSC atingem um índice de 93,98% dos classificados, segundo os dados constantes no relatório anteriormente referido.

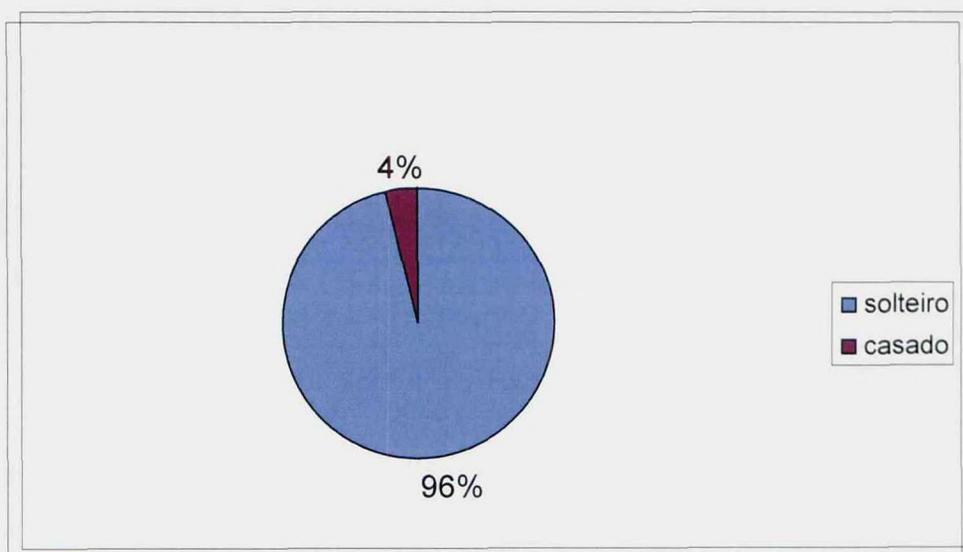


Gráfico 5 - Estado civil

Notamos que a maioria dos entrevistados, 64%, é proveniente do estado de Santa Catarina, conforme gráfico 6, e quase todos do interior. Aliás, um dos critérios de seleção para entrada na moradia é o fato de o estudante residir fora da Grande Florianópolis. Os 36% restantes, referem-se a alunos vindos de outros

estados, sendo 16% do estado de São Paulo, que por terem em Santa Catarina mais uma oportunidade de entrar em uma universidade, migram de outros estados em busca do ensino de qualidade e gratuito.

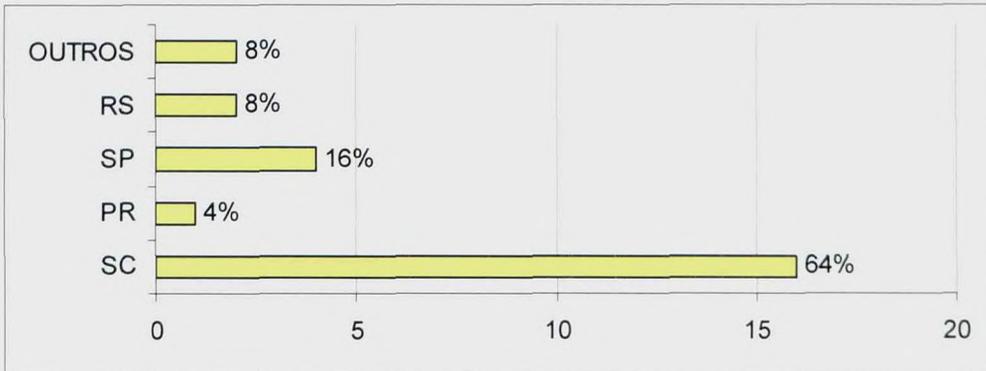


Gráfico 6 – Estado de origem

Do total de entrevistados, 20% está cursando Serviço Social - SS, 16% cursa Matemática - MT (licenciatura) e também 16%, Química - QM (bacharelado), seguidos por 12% do curso de Física - FS (bacharelado) e o restante dos acadêmicos pesquisados dividiram-se nos cursos de Ciências Sociais - CS e Geografia - GE com 8% cada, e com 4% cada do total de pesquisados temos os cursos de Educação Física - EF, Psicologia - PS, Engenharia de Aquicultura - EAQ, Letras Francês - LFe Letras Português - LP.

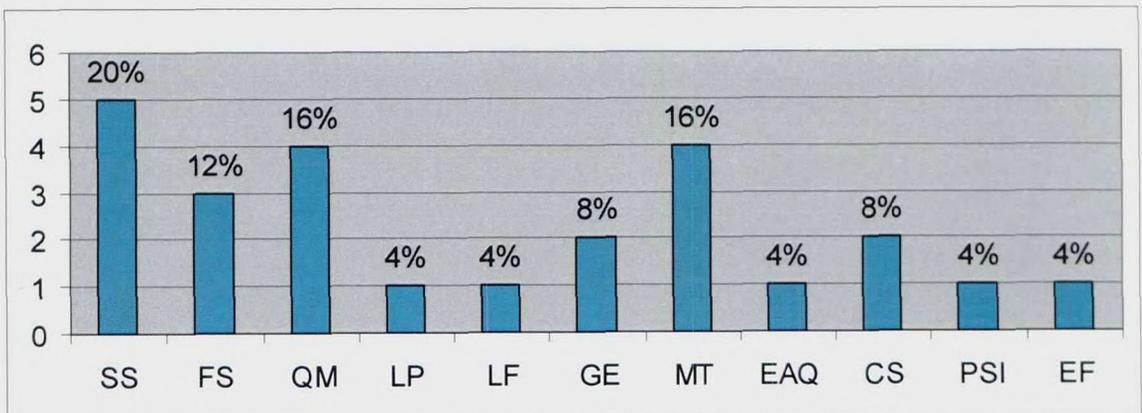


Gráfico 7 – Curso dos entrevistados

Com esses dados é possível demonstrar que a moradia não abriga alunos de todos os 62 cursos que a universidade oferece. Acreditamos que o motivo pelo qual a moradia não abriga estudantes de todos os cursos deva-se ao

fato de que a informação sobre a moradia e suas vagas seja repassada com maior facilidade entre os alunos de cursos que já tenham moradores na casa. Essa informação foi constatada através de uma das perguntas do questionário aplicado, que pedia qual a fonte de informação que o morador recebeu sobre a moradia antes da seleção, e 27% respondeu que foram colegas do próprio curso, seguidos de 17% que obtiveram a informação através do site da UFSC – atualmente desativado e, 13% dos entrevistados foram diretamente ao Serviço Social em busca de informação. As demais opções não atingiram o último índice citado.

Já analisando o oitavo gráfico, podemos concluir que os turnos de estudos estão bem divididos, ou seja, 31% dos alunos estão cursando o período noturno – que pode ser explicado pelo fato dos mesmos estarem em horário de atividade remunerada no restante do dia, ou pelo menos parte dele. Dos pesquisados, 30% estuda no período matutino, 27% no período vespertino e, somente 12%, estuda em horário integral. Isso em razão ou dos cursos realmente serem integrais, ou porque cursam disciplinas de outras cadeiras (cursos diferentes), até mesmo optativas obrigatórias.

É válido lembrar que, dos 62 cursos de graduação oferecidos pela UFSC, somente 15, ou seja 24,1%, operam no período noturno, sendo necessário fazer uma discussão sobre a oferta de ensino em cursos noturnos e sua qualidade equiparada com os cursos diurnos, contemplando assim, a camada de estudantes que trabalham em horário comercial.

Sguissardi (2004, p.28) acrescenta: “Com pouco investimento em infraestrutura e em pessoal poderia significar muito para os alunos trabalhadores e para fortalecimento da instituição pública no confronto com a instituição privada”. Podemos concluir que, a demanda desses alunos trabalhadores que têm como única opção de ensino superior os cursos noturnos, é alcançada, portanto, nas instituições privadas, por somente aqueles que podem arcar com o ônus da universidade particular.

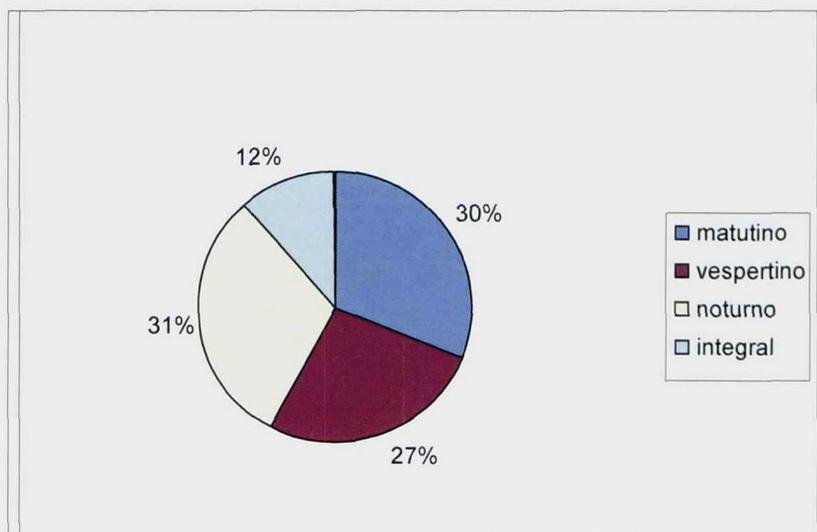


Gráfico 8 – Turno de estudo dos entrevistados

A maioria dos estudantes entrevistados, 72%, frequentou o ensino médio e fundamental todo em escola pública, agregando o que lhes são fornecidos por direito.

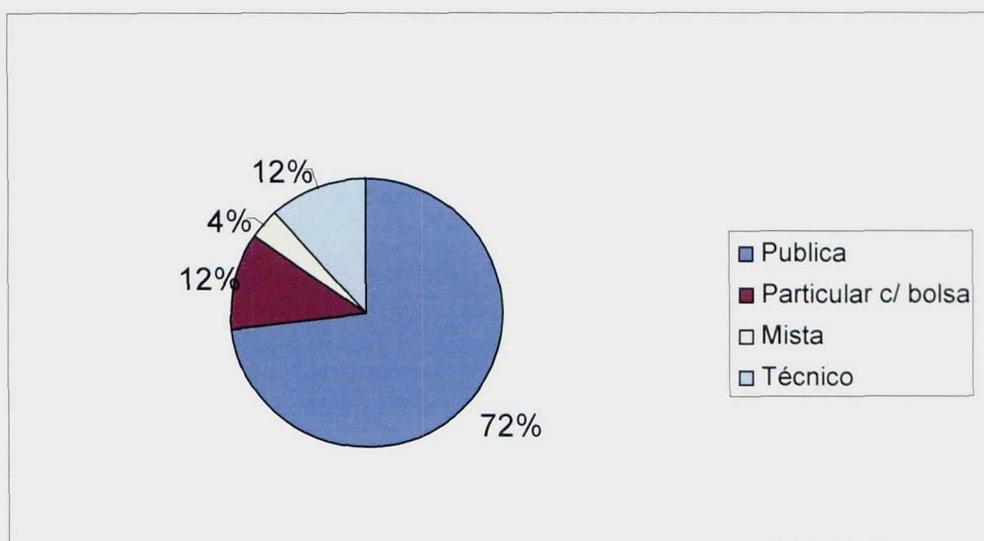


Gráfico 9 – Formação do Ensino Fundamental e Médio

Os entrevistados em sua maioria, 80%, consegue renda através de bolsa, sendo grande parte em sua área de estudos. Somente 12% dos entrevistados declararam receber ajuda de familiares. Esses recursos financeiros mantêm os custos com material, alimentação e lazer dos estudantes.

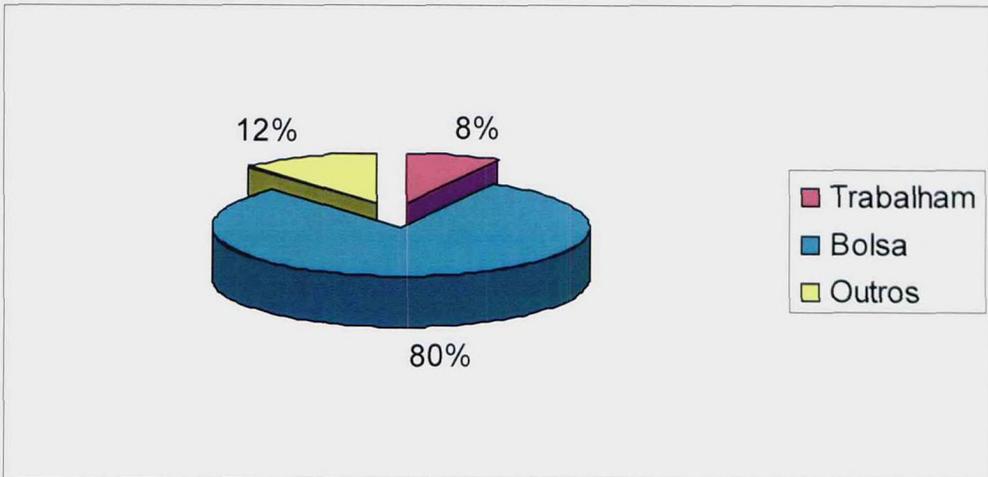


Gráfico 10 - Fonte de renda

Para 72% dos entrevistados, a única fonte de renda é a bolsa estipulada pela universidade, R\$300,00 (trezentos reais). Essa renda, se comparada ao salário mínimo recebido no país, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), por cerca de um terço da população brasileira, pode ser considerada relevante, porém, não é suficiente, em razão do custo de vida de um estudante universitário. E como não é para o trabalhador brasileiro.

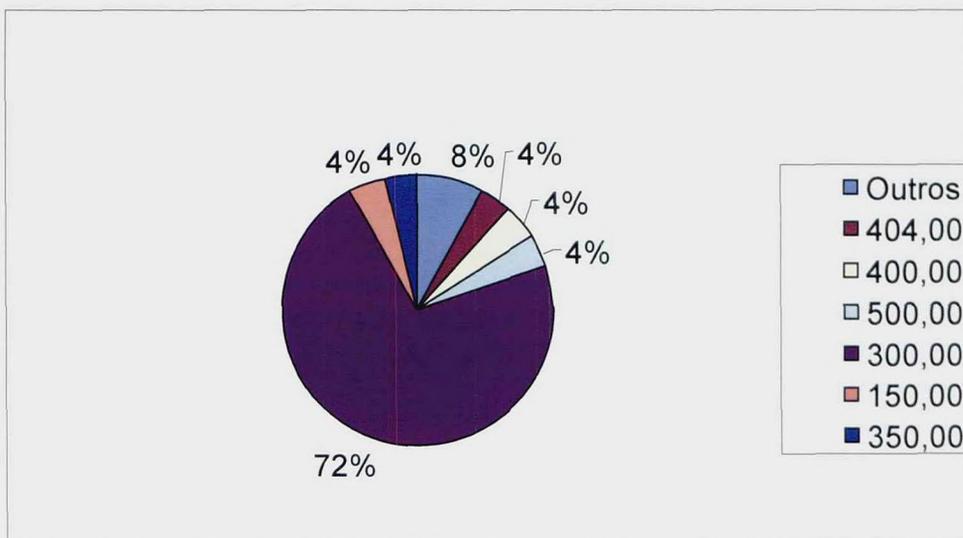


Gráfico 11 - Renda

Com relação às atividades de lazer, constatamos uma grande diversidade. As principais e mais indicadas foram: música com 23% , cinema com 21% e a prática de esportes com 18%. As demais atividades foram inferiores a

essa última porcentagem, tais como 16% em dança, 12% em literatura e 4% em artes e também teatro. Os 2% restante optaram pela opção outros, mas não comentaram.

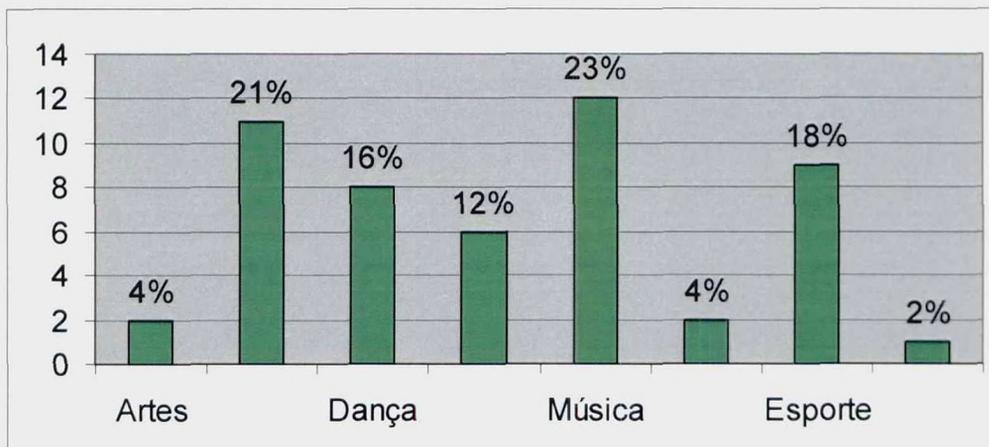


Gráfico 12 - Atividades de preferência (lazer)

Completando o gráfico anterior onde a prática de esportes atingiu 18%, no gráfico 13 constam as atividades esportivas de maior preferência. A caminhada ficou em primeiro lugar com 43%, seguido dos esportes coletivos (vôlei, futebol, basquete entre outros), com 18%. Os exercícios físicos como ginástica e musculação atingiram 12% e, ocorreu empate nas atividades de natação e ciclismo com o percentual de 9%. A maioria das atividades físicas ocorre ocasionalmente, e no fim do dia com as caminhadas pelo Campus.

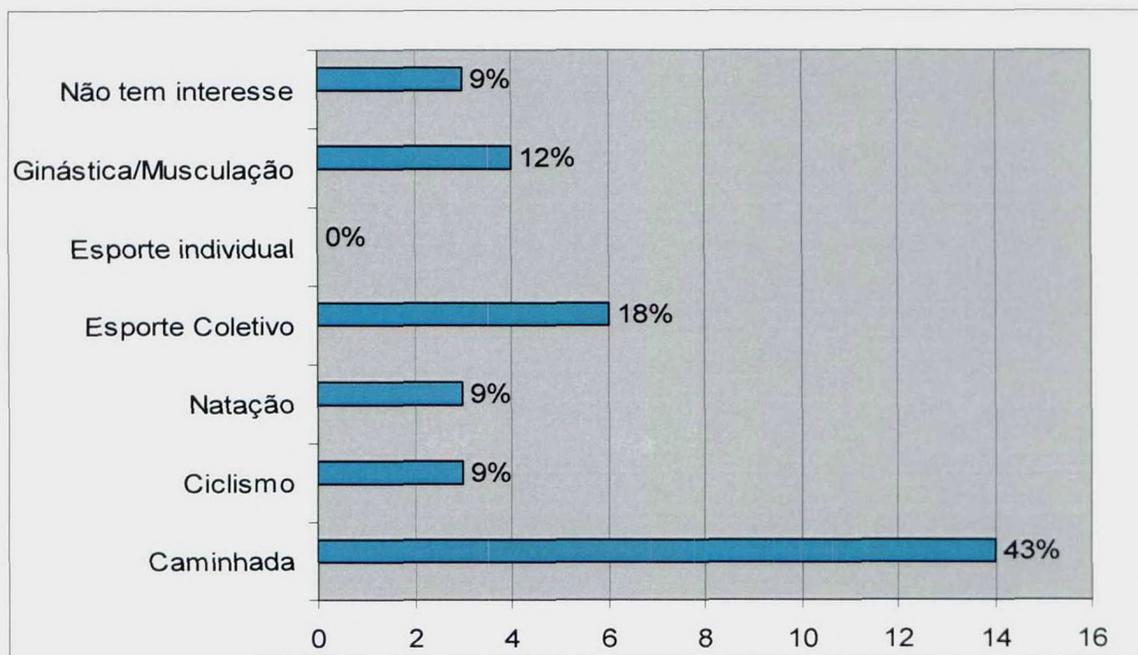


Gráfico 13 - Desenvolve atividades físicas

3.2.2 - Questões sobre a Moradia estudantil da UFSC

A maioria dos entrevistados, 71%, informou que o motivo da procura pela moradia estudantil deu-se pela situação financeira e por serem oriundos de famílias desprovidas financeiramente, ou seja, de baixa renda. Do total de entrevistados, 60% declararam que a informação sobre a moradia foi clara e acessível.

Outra informação importante é que 76% dos entrevistados tentaram a seleção para a moradia uma única vez, demonstrando que não há muita concorrência e que sempre há disponibilidade de vagas. Seguidos de 20% que participaram da seleção duas vezes.

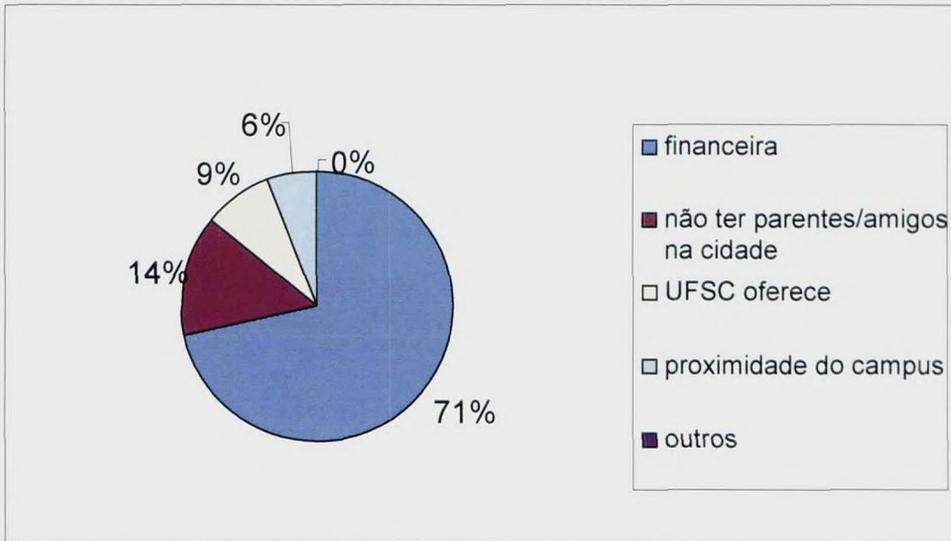


Gráfico 14 - Motivos da procura pela Moradia Estudantil

É válido ressaltar que, ao questionarmos os entrevistados sobre a clareza de informações sobre a moradia e como o estudante ficou sabendo da existência da mesma, a maioria 60% respondeu que a informação foi clara, e justificando descreveram:

⁸M1- *“Foi fácil. Ao entrar em contato com o Serviço Social me repassaram a lista de documentos necessários para participar da seleção”*

M23 - *“eu já sabia que tinha, mas no dia da matrícula me explicaram melhor”*

M7 - *“sim foi fácil, eu fui conversar na assistência social antes do vestibular e elas me explicaram como fazer se eu passasse”*

M9 - *“sim, era ex-morador”*

M14 - *“fácil, quem me informou era ex-morador”*

M15 - *“sim, explicava tudo bem certinho no site e estava com informações claras”*

M20 - *“sim todos me explicaram muito bem o funcionamento da casa”*

A partir dessas informações constatamos que a informação é bem compreendida por aqueles que buscam diretamente o local do serviço, ou seja, o atendimento na Coordenadoria do Serviço Social e também por aqueles que conhecem algum morador e ex-morador.

⁸ Para a identificação dos entrevistados utilizamos a letra M para denominar morador.

Os 40% restante informaram que o acesso à informação não foi clara, e descreveram da seguinte forma:

M3 - *“Difícil. A pessoa só me informou da existência da moradia”*

M5 - *“este recurso não é divulgado”*

M6 - *“pois a pessoa que me informou não sabia como era, tive de buscar informações direto no serviço social da UFSC”*

M8 - *“antes de me mudar para Florianópolis havia mandado alguns emails para o serviço social a fim de obter mais informações e nunca me responderam”*

M18 - *“A maioria dos estudantes nem sabem que o serviço social existe, muito menos, a moradia estudantil”*

M22 - *“não me passaram boas informações e idéias da moradia”*

M24 - *“não é bem divulgada e não tem boa fama”*

M25 - *“estava camuflada no site do serviço social, deveria ser melhor explicada”*

Ao analisarmos as respostas citadas anteriormente, verificamos a necessidade de melhoria na divulgação deste benefício, seja na distribuição de cartazes e até mesmo atualização constante no site, com informações claras para que não deixe em dúvida quem estiver consultando.

A maioria dos entrevistados, 36%, entrou na última seleção e declarou estar morando há poucos meses. Enquanto que 32% desses moradores estão na casa cerca de 1 ano e os demais divididos entre as opções de 2, 3 e 4 anos de moradia. Estes dados informam que provavelmente os mesmos estarão na casa por no mínimo três anos, se considerarmos que os alunos tenham entrado na moradia assim que se matricularam na universidade ou pelo menos nos primeiros semestres.

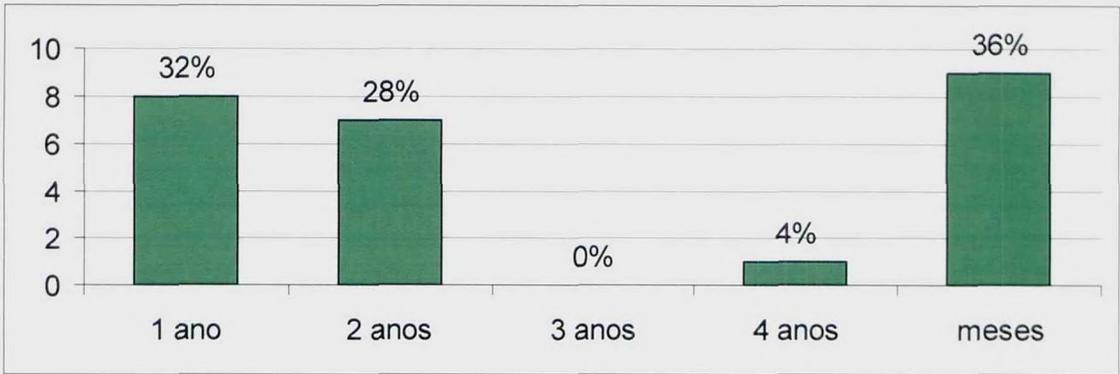


Gráfico 15 - Tempo que reside na Moradia

Segundo observações realizadas, existem dois projetos sendo executados na moradia: o projeto de reciclagem do lixo e o projeto da horta. Esses foram elaborados, em sua maioria, pelos próprios moradores para facilitar e melhorar as condições de convívio na casa. Mas apenas 32% dos entrevistados tinham conhecimento dos referidos projetos, pois eles não estavam documentados e sim estavam sendo aplicados somente pela interação de alguns moradores.

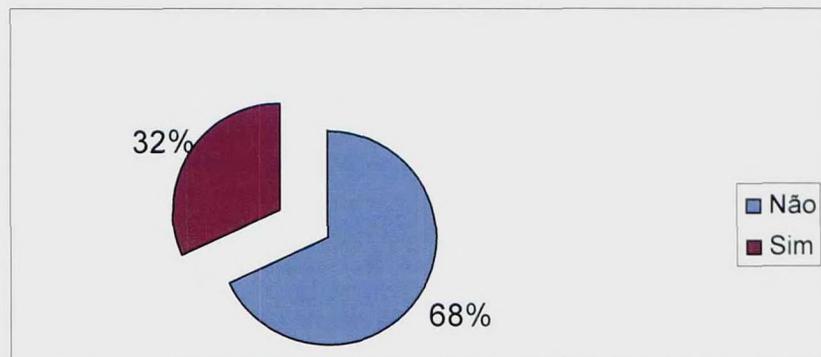


Gráfico 16 - Conhecimento dos projetos existentes na moradia

Dos 32% que conhecem os projetos na moradia, 58% declararam ter conhecimento sobre o projeto da reciclagem de lixo, no qual os moradores ficam responsáveis por separar o lixo reciclável do orgânico, facilitando a limpeza da casa e contribuindo para o meio ambiente. Dos pesquisados, 42% conhecem e utilizam o projeto da horta, que consiste em um espaço na moradia, adaptado e utilizado como horta. Os moradores plantam legumes, temperos e verduras que

servem de complemento em sua alimentação, já que 36% dos moradores declararam fazer suas refeições na moradia.

No período do estágio obrigatório em que foi aplicada esta pesquisa de campo, a horta estava em desuso, pois segundo informações dos próprios moradores, faltava verba (arrecadada entre os moradores) para a compra de sementes. E também informaram que o CCA - Centro de Ciências Agrárias, que contribuía com adubo e algumas sementes, estava com dificuldades em separar e entregar o material doado para ser utilizado.

Esses projetos na moradia têm por objetivo promover a interação entre os moradores, buscando sua participação ou que esses moradores venham, pelo menos, a conhecê-los. Essa interação irá, conseqüentemente, refletir uma melhoria no nível de satisfação dos moradores em relação a moradia.

Dessa forma um dos questionamentos mais importantes da pesquisa se referia justamente ao nível de satisfação dos moradores na moradia estudantil da UFSC. Esse nível de satisfação com relação à moradia alcançou uma média de 52% como regular, e em seqüência 32% como nível bom, conforme gráfico a seguir:

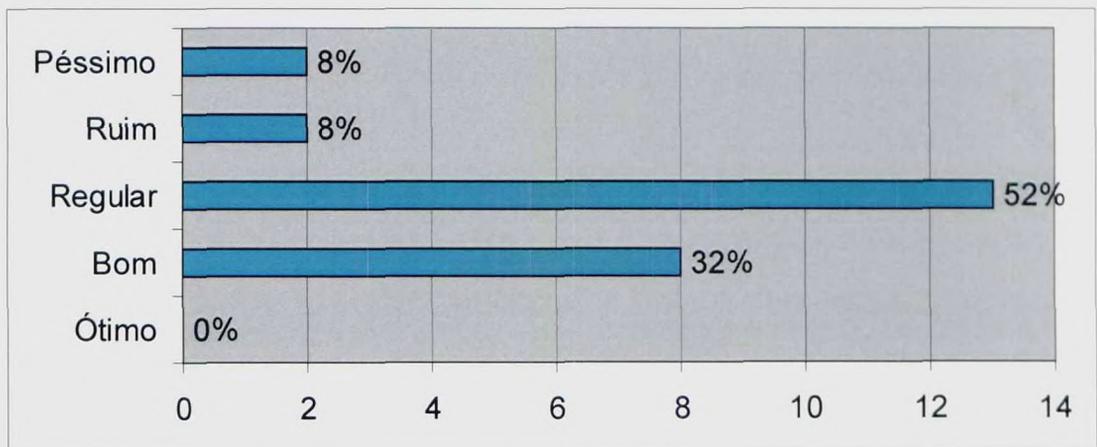


Gráfico 17 - Nível de satisfação com relação à moradia

Acreditamos que o alto índice de escolha da opção regular tenha ocorrido devido à necessidade de diversas melhorias, sugeridas pelos próprios entrevistados, tais como as informações detalhadas a seguir:

M1 - *“Tirar as divisórias dos quartos (CEU-Femina), colocando madeira grossa”*

- M2 – *“mais rigor com relação ao comportamento dos moradores, há falta de respeito dos outros colegas de quarto por parte de alguns estudantes. Se tivessem regras mais rígidas, por exemplo, respeito de horário para ligar som a noite”*
- M3 – *“proporia a ampliação do número de vagas com a construção de um novo prédio e a construção de uma área de lazer”*
- M5 – *“que as pessoas deveriam se comprometer mais com o coletivo, que elas cuidassem da casa como se fosse sua”*
- M6 – *“reforma na CEU-feminina, que não foi construída com o objetivo da habitação e demonstra vários problemas em sua estrutura”*
- M7 – *“uma sala com acesso a internet”*
- M8 – *“há várias coisas a serem melhoradas, vou citar algumas: sala de estudos e ramais de telefone internos”*
- M9 – *“ter quartos individuais melhoraria a privacidade, isto é muito importante”*
- M10 – *“aumento no número de vagas, maior divulgação da moradia...talvez por isso eles não há procura e instalação da internet pois é o único local da UFSC que não tem internet”*
- M11 – *“ter mais integração entre os módulos”*
- M12 – *“aproximação da administração CAPE com os moradores a fim de levantar demandas e necessidades – apoiando-se em referenciais teórico, técnico operativo e ético políticos”*
- M14 – *“maior espaço físico, ou seja, maior quantidade de vagas especiais e bem projetadas para deficientes físicos, também um RU dentro do módulo e ter mais banheiros”*
- M17 – *“espaço para leitura e visitantes no prédio, acesso a internet”*
- M18 – *“não tem creche para os filhos dos estudantes”*
- M20 – *“a casa precisa de reforma urgente, já que apresenta muitos cupins, ratos e baratas, melhor divisão entre os quartos evitaria o barulho”*
- M21 – *“varal coberto para a CEU, quadra de esporte e bolsa permanência para os moradores”*

Analisamos as colocações dos moradores e acreditamos que em principio a reforma da moradia seria primordial e a partir de um planejamento em conjunto com os moradores a PRAE poderá verificar a viabilidade das alterações e incorporações anteriormente citadas.

Quanto à localização da moradia, conforme gráfico 18, foi considerada como ótima por 88% dos entrevistados, pois está localizada próximo do Campus e dessa forma não há necessidade de transporte para freqüentar as dependências da UFSC.

É válido lembrar que o Centro de Ciências Agrárias é o único dos centros de ensino situado fora do Campus, no bairro Itacorubi, também na cidade de Florianópolis onde fica a UFSC.

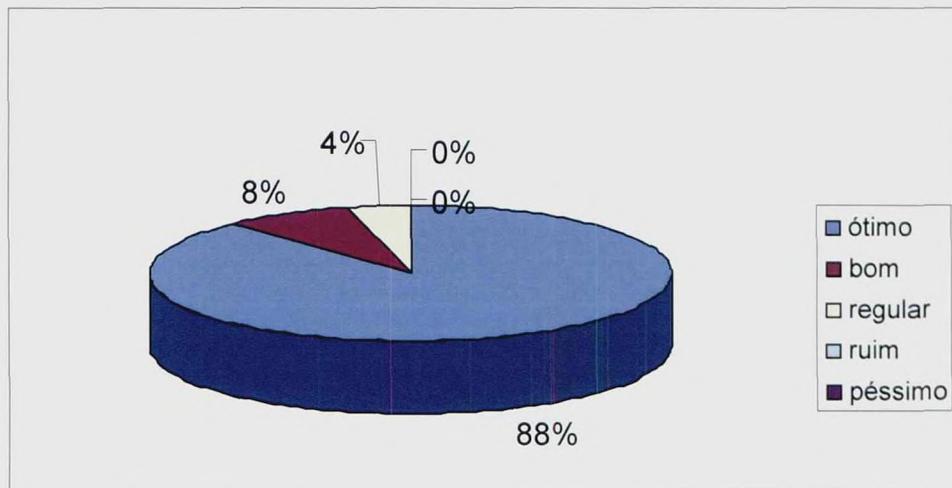


Gráfico 18 - Localização da Moradia

Quando questionados sobre o relacionamento com os moradores, a maioria, 68%, declararam ser bom, e 24% declararam como ótimo. São diversos os fatores, segundo os mesmos, considerados nesse relacionamento, o convívio, 56%, e: afinidade, respeito e senso coletivo. Esta informação ficou bem clara no complemento de resposta da questão:

M1 - *“gosto de aprender a dividir o espaço com outras pessoas, é uma oportunidade de aprender a respeitar o diferente, o outro”*

M3 - *“as pessoas que moram aqui são exelentes para conviver”*

M7 - *“respeito os espaços individuais e não tenho problemas com ninguém”*

M8 - *“respeitando e sabendo dialogar tudo tende a caminhar muito bem”*

M9 – *“consigo ter diálogo com a maioria”*

M11 – *“tenho boa convivência com todos”*

M12 – *“bom, por que convívio, coletividade, troca de experiências, aprendizado cultural”*

M14 - *“sou bastante sociável”*

M17 – *“nos esforçamos bastante para manter um ambiente bom para convivência”*

M24 - *“integração entre os cursos e mobilização social”*

Sendo assim, entendemos que o elemento principal e abordado pela maioria foi o convívio social, que torna a moradia um espaço de convivência que supõe a existência de um trabalho voltado para a cidadania a partir de uma reflexão conjunta sobre as condições necessárias ao aprendizado democratização. As reuniões em grupo contribuem para a reflexão do grupo com momentos de aprimoramento da convivência solidária e da possibilidade de diálogo.

Com relação à Administração da Moradia foi denominada regular por 52% e 28% a considera boa conforme o gráfico 19, e ainda completada pelas seguintes respostas:

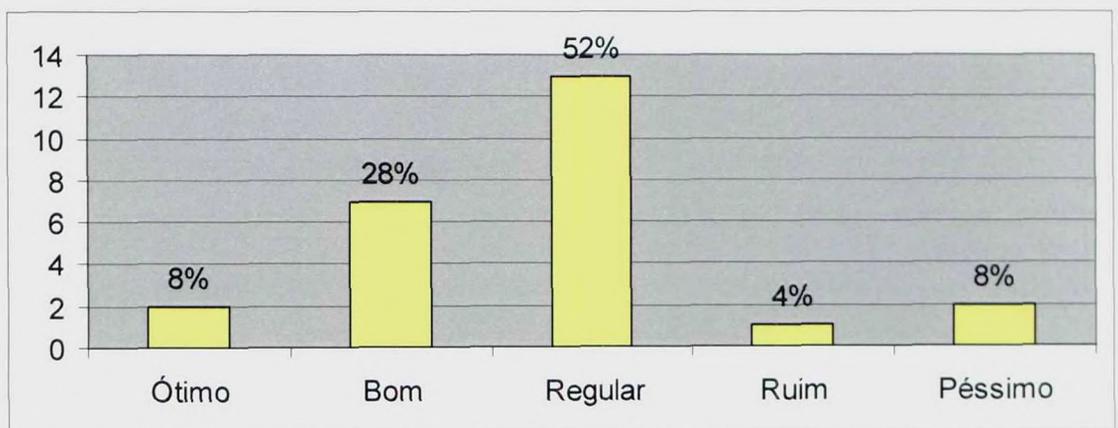


Gráfico 19 – Nível de satisfação com a administração da moradia

M1 - *“tenho mais contato com o Sr. Z. e o Sr. J., que sempre que precisamos e algo da infra-estrutura da moradia se disponibilizaram para o serviço”*

M3 - *“são extremamente eficientes e trabalham muito”*

Observamos que alguns entrevistados confundiram a pergunta, ou seja, quando questionados a avaliar a administração da moradia, entenderam como avaliação da atuação dos funcionários lotados na Moradia.

M5 - *“são atenciosos, mas existe muita morosidade nos pedidos e solicitações”*

M9 - *“perdem o controle das questões administrativas, não cumprem o regimento interno”*

M10 - *“todo processo de fazer é burocrático”*

M13 - *“dificuldade na aquisição de bens e mobília para a moradia”*

M21 - *“não estabelece contato proximal com os moradores”*

Enquanto que outros entrevistados conseguiram entender a pergunta e também relacionaram com o questionamento posterior, que foi com relação à nota atribuída a Moradia. Desse modo 40% dos entrevistados definiu a nota 8, seguidos de 20% a nota 7.

No que se refere ao atendimento no Serviço Social /UFSC, 80% buscou atendimento, completando 44% que declararam terem sido atendidos mais de duas vezes, enfatizando a importância da assistência estudantil.

Relatando sobre a imensa gama de dificuldades que interferem na vida acadêmica, ficou bem dividido: 28% referem-se a problemas emocionais, 22% dificuldade de aprendizagem, e, 19% destacaram ter problemas com adaptação.

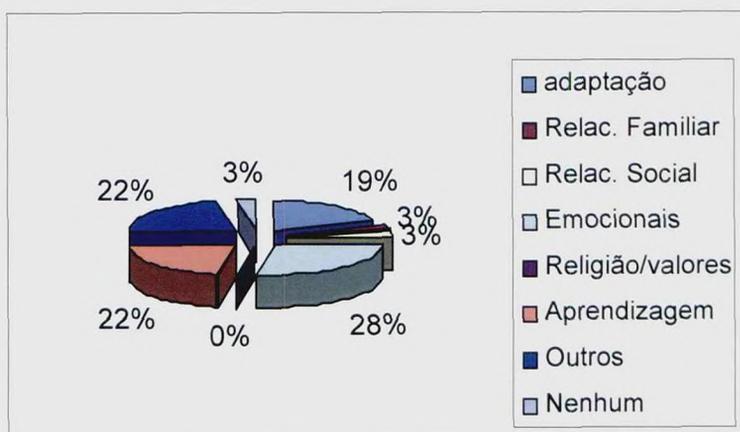


Gráfico 20 - Dificuldades que interferem na vida acadêmica

Dentre as dificuldades anteriormente citadas, 22% declararam ter outros fatores, por exemplo, privacidade e problemas de ordem financeira, sendo 57% têm problemas com a privacidade e completando com 43% com problemas financeiros. Com as dificuldades financeiras, conseqüentemente outras áreas são afetadas, ou seja, é difícil um aluno com renda mínima ter acesso ao lazer, entretenimento atividades culturas e principalmente saúde.

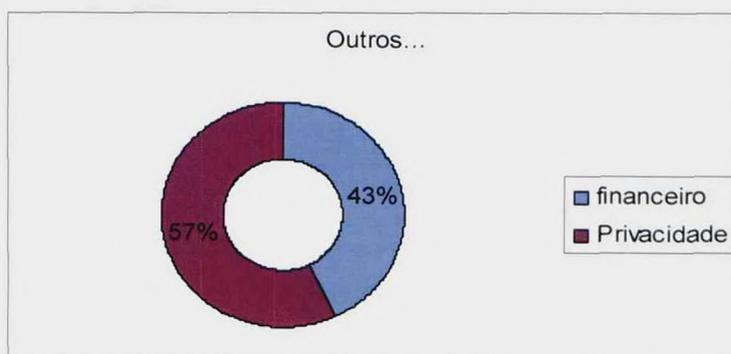


Gráfico 21 - outras opções

Ao serem questionados sobre a importância da moradia estudantil na sua formação acadêmica, obtivemos respostas como as que seguem:

M1 - *“ ter oportunidade de ter uma preocupação a menos que é pagar o aluguel, podendo me manter então com um estágio de 4 horas, e assim tendo mais tempo para estudar”*

M2 - *“sem a moradia seria difícil me manter em Floripa”*

M4 - *“a importância é muito grande para alunos com situação financeira difícil”*

M5 - *“se não fosse esse apoio, eu, certamente não poderia concluir minha graduação, pois os aluguéis são caríssimos, e trabalhar e estudar é muito pesado, ou faz um ou o outro”*

M7 - *“estudar e passar não adianta, sem a moradia seria impossível”*

M8 - *“Foi fundamental, sem a moradia não estaria concluindo minha graduação”*

M9 - *“como sou de fora e não tenho amigos nem parentes na cidade a moradia foi importante”*

M11 - *“è muito importante para integração dos cursos”*

M12 - *“contribuiu no sentido de minha formação humana e acadêmica”*

M15- *“me proporcionou tranqüilidade financeira”*

M16 - *“graças a moradia, este semestre não vou trancar a matrícula”*

M17 - *“a moradia é uma graduação paralela, com gestão de conflitos, troca de experiência e vivência em coletivo”*

M20 – *“ o relacionamento em grupo me fez crescer muito”*

M21 – *“aprendemos muito sobre política e a pensar no coletivo”*

M22 – *“ poderia dizer que estou me formando em dois cursos, um Educação Física e outro em convivencialismo”*

M24 – *“ o dinheiro sobra pro xérox, comida, e lazer...isso é bom”*

M25 – *“me fez sair do individualismo e pensar em socialização”*

A moradia estudantil como direito social precisa ser encarada como política de assistência estudantil, tendo como bases as declarações já citadas como ponto de partida para a implementação de melhoria nos programas que contemplam preferencialmente os estudantes de baixa renda, e estruturando intensa mobilização social.

3.2.3 – Outras Considerações

Mesmo a Universidade dispor de um serviço de atendimento de saúde para os estudantes, esse não contempla todas as áreas e também suas emergências. No gráfico 21, a seguir, 60% dos entrevistados informaram ter consultado no último ano.

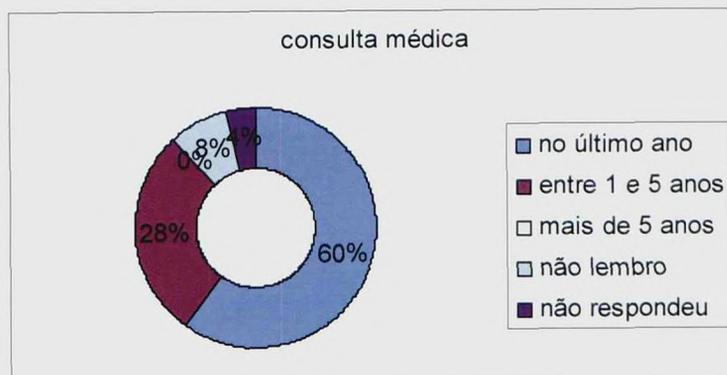


Gráfico 22 –Consulta médica

Outro fator importante que afeta o desempenho acadêmico é o fator emocional, em sua maioria evidenciada em crises emocionais ocasionados pela distância familiar, acúmulo de atividades e, até mesmo dificuldade de adaptação em outros meios. Dos 76% dos entrevistados afirmaram ter enfrentado situações de crise.

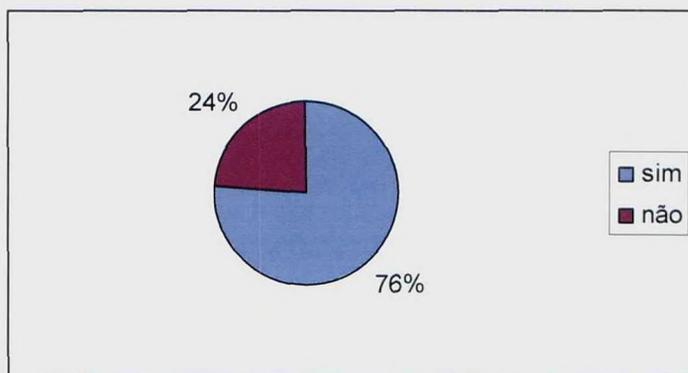


Gráfico 23 - Crise Emocional

Como recursos utilizados para amenizar os momentos de crise emocional, 31% dos entrevistados disseram ter procurado os amigos e somente 21% teve iniciativa de procurar ajuda profissional, conforme gráfico 23. Acreditamos que um programa ou atividades periódicas com profissionais especializados poderiam diminuir o índice de moradores com problemas emocionais e aumentar a procura por atendimento profissional.

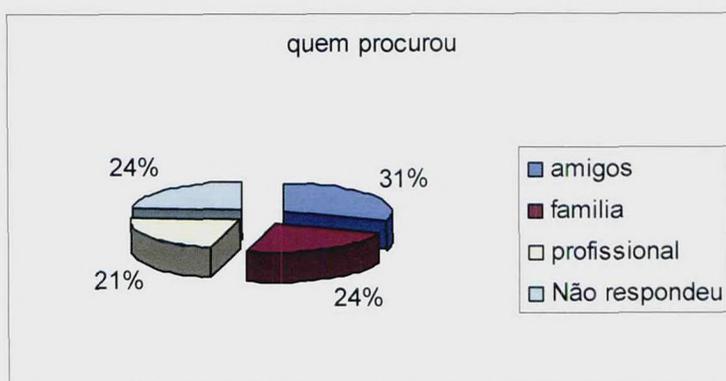


Gráfico 24 - Que recursos utilizou.

Por fim, podemos dizer que o uso das informações e análises aqui prestadas, auxiliem e sejam de grande utilidade na aplicação de benfeitorias na PRAE em função educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia sintetiza a experiência da trajetória da prática de estágio supervisionado, com aproximação da realidade social no contexto universitário educacional de forma a poder compartilhar os conhecimentos construídos ao longo do Curso e vivenciá-los na prática.

Além disso, o tema estudado nos fez refletir quanto à importância deste trabalho para o enriquecimento pessoal e profissional e também a possibilidade de que esse possa vir a contribuir para interpretações, reflexões e formulação de debates futuros.

Ressaltamos a importante e fundamental participação dos profissionais da PRAE, bem como a receptividade dos estudantes da moradia que nos viabilizaram conhecer a realidade ali vivenciada, detectando pontos centrais de atuação e, acima de tudo, permitiu-nos interagir nesse meio, conhecendo profundamente o funcionamento da moradia. Diante dessa recepção, o sentimento foi de uma maior segurança para atuar na área proposta.

O percurso realizado foi tornando-se cada vez mais relevante e nos fazendo ter consciência da importância do trabalho no qual estávamos engajadas, a partir do momento em que, através das atividades propostas, íamos sentindo a mobilização dos estudantes em participar da pesquisa.

Nessa trajetória, construída a partir da interação e inclusão dos moradores nos permitiu vislumbrar um cenário da inserção destes atores sociais no programa de assistência estudantil da UFSC. Com base neste contexto podemos mapear a realidade e os desafios, necessidades e expectativas a serem contempladas.

O resultado obtido permitiu uma ampla análise das condições atuais, tornando evidente a importância da construção e melhoramento de programas sociais de inclusão para o universitário de baixa renda, no campo da assistência social voltada para os estudantes, considerando o fato de que esta não tem por finalidade apenas atender necessidades, mas criar condições para a permanência e formação dos estudantes na universidade.

Pudemos entender o que significa a organização estudantil, como movimento e organização social sob a intervenção do profissional do Serviço Social em estudar e propor alternativas considerando a realidade em que estão inseridos os estudantes, sendo necessária uma distribuição generosa de recursos destinados aos programas de assistência estudantil.

Conforme evidenciado nas respostas e observações complementares dos estudantes, existe a real necessidade de reformas e melhoria na moradia. Isso implicaria diretamente no nível de satisfação dos moradores e conseqüentemente desempenho acadêmico – como, por exemplo, a privacidade em momentos de estudo.

Esperamos que esta monografia atenda às solicitações do departamento como trabalho obrigatório para a conclusão do curso e que, atenda também as informações requeridas pela PRAE, subsidiando o processo de tomada decisões, permitindo a avaliação das ações.

Vale ressaltar que este trabalho foi redigido em meio a várias limitações, como por exemplo, pouquíssimas referências bibliográficas na área de assistência estudantil e o período curto de estágio obrigatório.

Enfim, este trabalho, que muito contribuiu para o conhecimento da demanda e das necessidades dos estudantes pesquisados na moradia, sem dúvida, através dos indicadores analisados mostram a necessidade e a importância da implementação de política de assistência estudantil a serem desenvolvidas para o setor educacional brasileiro exigindo soluções rápidas e eficientes e, sobretudo, a importância da Moradia Estudantil na formação acadêmica. Considerando necessário o relacionamento da moradia com a democratização de acesso a universidade como uma das instâncias de formação do cidadão como detentor de direitos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar Editor, 1987.

ANTEPROJETO DE LEI, Disponível em:
<<http://www.andifes.org.br/files/revista.pdf>> Acesso em: 12/11/2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE PESQUISA, Disponível em:
<<http://www.anep.org.br>> Acesso em 10/10/2006.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Políticas Públicas e Movimentos Sociais**. Caderno Pedagógico I. Florianópolis, Editado pela UDESC/FAED, 2002.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4ª edição. São Paulo, Editora Saraiva, 1990.

_____, **Constituição Federal**. Fundação Projeto Rondon; Ministério do Interior, 1987. As constituições no Brasil; v.5 Brasília, 1946.

_____, **Código de Ética Profissional do Serviço Social**. Coletânea de Leis – CRESS 12ª região. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

_____, **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : lei n.9.394, de 1996. Brasília, 1997.

_____, **Lei Orgânica da assistência Social – LOAS**. Lei nº. 8742 de 07 de Dezembro de 1993. Coletânea de Leis – CRESS 12ª região. 2. ed. Florianópolis: CRESS, 2002.

CARVALHO, Luiz do Nascimento e MARTINS, Omari Ludoico. **Relação Universidade/Moradia Estudantil: limites e possibilidades**. Revista Estudos Humanos. Goiás, Editora da UCG, 2002.

CHAUÍ, M. **A Universidade operacional**. Caderno Mais. Folha de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **A Universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Poços de Caldas - MG, 2003. FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

EDUDATABRASIL, Disponível em:
<<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>> Acesso em 12/12/2006.

ENSINO SUPERIOR: O sul é o 3º em número de universidades. **Diário Catarinense**. Florianópolis. 13 dez.2006. Seção geral, p. 27.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo, Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, M. T. **Cidadania: uma questão para a educação**. 2 ed. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1993.

FONAPRACE, **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis**. Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos Estudantes das IFES. Belo Horizonte: FONAPRACE, 1997.

_____. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**. Porto Alegre, FONAPRACE, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília CEAD, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 13/12/2006.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. São Paulo: Editora Alínea, 2001.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Tradução de: *Sociology at the Crossroads and other essays*. Londres: Heinemann Education Books Ltd, 1963.

MATTOS, Jane V. Machado. **As necessidades dos estudantes e as condições de moradia da casa do estudante universitário – CEU III**. Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2005.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A dialética Estado/Sociedade e a construção da seguridade pública**. In: Abong/cfen/CNTSS-CUT (Org). *Política de assistência social: uma trajetória de avanços e desafios*. Subsídios para a III Conferência Nacional de Assistência Social. Cadernos Abong, n. 30, nov. 2001.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, Disponível em:
<http://www.opas.org.br> Acesso em 10/10/2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais**. Capacitação em Serviço Social Módulo 01 – CEAD – Unb, Brasília, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Disponível em:
<<http://www.presidencia.gov.br>> Acesso em: 09/08/2006.
<<http://www.planalto.gov.br/legislação>> Acesso em 11/08/2006.

SAVIANI, Demerval. **Ensino público e algumas falas sobre a Universidade**. São Paulo, Editora Cortez, 1987.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma Universitária ou os descaminhos da contra-reforma**. Florianópolis, Cadernos Apufsc, abril de 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no Brasil**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 68, p. 54-82, nov. 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação e Cidadania**. Serviço Social e Sociedade, 62 ano XXI março. Processos de Trabalho e Assistência Social. São Paulo Ed. Cortez, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social**: Expressões da Questão Social no Brasil. Temporalis, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.

ANEXOS

ANEXO A

Ficha de Cadastro



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL

CADASTRO SOCIOECONÔMICO

Nº

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome:			
Sexo:	Estado civil:	Data nascimento:	Procedência (Cidade/ Estado):
Curso:	Matrícula:	Fase:	R.G.:
			C.P.F.:
Endereço estudante (rua, avenida):		nº:	Bloco: Apto.:
Bairro:	Cidade:	U.F.:	CEP:
Fone:	E-mail:		
Endereço dos pais (rua, avenida):		nº:	Bloco: Apto.:
Bairro:	Cidade:	U.F.:	CEP:
Fone:	E-mail:		

II – ESCOLARIDADE:

Colégio em que cursou o 2º grau:					
Local:	<input type="checkbox"/> Público		<input type="checkbox"/> Particular		<input type="checkbox"/> Com bolsa
Cursou pré-vestibular ?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não	Com bolsa?	<input type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não

III – HABITAÇÃO:

Situação de moradia do aluno: <input type="checkbox"/> com a família <input type="checkbox"/> sozinho <input type="checkbox"/> com parentes <input type="checkbox"/> pensão					
<input type="checkbox"/> república <input type="checkbox"/> outros (especificar) _____					
<input type="checkbox"/> Moradia própria <input type="checkbox"/> alugada <input type="checkbox"/> cedida <input type="checkbox"/> financiada					
Situação de moradia da família: <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> alugada / valor: _____ <input type="checkbox"/> cedida					
<input type="checkbox"/> financiada/ valor: _____					

IV – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA CULTURAL FAMILIAR

QUADRO FAMILIAR (PAIS E DEPENDENTES)

Nome (somente o primeiro nome)	Grau Parentesco	Estado civil	Profissão	Renda Mensal	Outras rendas	Pensão, Aposentadoria	Firma, Fonte, Instituto de Previdência	Escolaridade			
								Sup	2º g	1º g	Prim.

V – APTIDÕES:

- | | | |
|--------------------------------------|--|--|
| <input type="checkbox"/> Artística | <input type="checkbox"/> Recepção/Arquivo | <input type="checkbox"/> Relacionada com o curso |
| <input type="checkbox"/> Desportiva | | <input type="checkbox"/> Lecionar |
| <input type="checkbox"/> Informática | <input type="checkbox"/> Língua Estrangeira (especificar): _____ | <input type="checkbox"/> Outras (especificar): _____ |
| | _____ | _____ |

VI – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTUDANTE:

Atual fonte de recursos:	
1. Trabalho R\$ _____	4. Bolsa/ Estágio R\$ _____
2. Mesada R\$ _____	5. Bolsa/ Treinamento R\$ _____
3. Bolsa/ Monitoria R\$ _____	6. Bolsa/ Pesquisa R\$ _____
	7. Outros (especificar) R\$ _____
Você já recebeu algum benefício na UFSC? _____ Qual? _____	
Despesas Mensais:	
Aluguel R\$ _____	Transporte R\$ _____
Financiamento R\$ _____	Outros (especificar) R\$ _____
Alimentação R\$ _____	
Alimentação: () R.U () Casa () Lanchonete () Outros (especificar) _____	Transporte: () Carro próprio () Carro família () Ônibus () Moto () Não utiliza () Outros (especificar) _____

VII – ASPIRAÇÕES:

Gosta de trabalhar com crianças? _____
Tem interesse em dar aulas particulares? () sim () não
Quais disciplinas? () Português () Física () Matemática () Língua Estrangeira (especificar) _____ () Outras (especificar) _____
Tem experiência em dar aulas? () sim () não
Em caso de bolsa treinamento, indique dois (02) locais onde gostaria de atuar:
1 _____
2 _____
Outras atividades que gostaria de desenvolver: _____

VIII – EXPERIÊNCIA PRÁTICA:

Entidade e/ou Serviço Comunitário:	Por quanto tempo?	Tarefa executada

IX – HORÁRIO DISPONÍVEL PARA DESENVOLVER SUAS ATIVIDADES NA BOLSA:

DIA SEMANAL:	MATUTINO:	VESPERTINO:	NOTURNO:
2ª	das às	das às	das às
3ª	das às	das às	das às
4ª	das às	das às	das às
5ª	das às	das às	das às
6ª	das às	das às	das às
Sábado	das às	das às	das às
TOTAL DE HORAS DISPONÍVEIS:			

ANEXO B**Portaria: 006/PRAE/2006**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
 Bairro Trindade - 88.040-900 - Florianópolis
 Campus Universitário - Fone: 3331.9419 - Fax: 3331.9495

Florianópolis, 21 de setembro de 2006.

PORTARIA Nº 006/PRAE/2006.

A Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe o capítulo VIII do Regimento Interno da Moradia Estudantil, aprovado pela Resolução nº 006/CUn/2003, e tendo em vista a disponibilidade de vagas destinadas aos alunos para ocupação da Moradia Estudantil,

RESOLVE :

1. ESTABELEECER CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO:

- 1.1 - Ser aluno(a) da UFSC, regularmente matriculado(a) e freqüentando curso de graduação, proveniente de outro município, que comprovadamente apresente dificuldades sócio-econômicas.
- 1.2 - Não ter concluído qualquer outro curso de graduação.
- 1.3 - Ter o **cadastro sócio-econômico** devidamente **aprovado** pela Coordenadoria de Serviço Social – CoSS/PRAE.

2. DETERMINAR O LOCAL E O NÚMERO DE VAGAS:

- 2.1 - Prédio I : **03 (masculina)**
- 2.2 - Prédio I : **04 (feminina)**
- 2.3 - Prédio I : **02 portadores de necessidades especiais**

3. DETERMINAR O LOCAL, O HORÁRIO E O PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

- 3.1. Local: Coordenadoria de Serviço Social/PRAE, no térreo do Prédio da Reitoria, Campus Universitário, Trindade.
- 3.2. Horário: Das 8:00 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas.
- 3.3. Período de inscrição: de **28/09/06 a 19/10/06**.
 - 3.3.1. Último dia para **retirada** do cadastro sócio-econômico: **11/10/06**.
 - 3.3.2. Último dia para **devolução** do cadastro sócio-econômico e da documentação comprobatória: **16/10/06**.

4. ESTABELEECER OS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO:

A seleção do(a)s candidato(a)s será baseada no fator econômico-financeiro e no diagnóstico da situação sócio-econômica apresentada pelo(a) aluno(a), na qual está inserido o conjunto dos fatores sociais e culturais existentes.

me



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
 Bairro Trindade - 88.040-900 - Florianópolis
 Campus Universitário - Fone: 3331.9419 - Fax: 3331.9495

5. ESTABELECEMOS A METODOLOGIA:

- 5.1 - A seleção será realizada pela Coordenadoria de Serviço Social, através da Análise do cadastro sócio-econômico, da entrevista e da documentação Comprobatória apresentada.
- 5.2 - Para classificação será definido o “Índice de Carência Sócio-Econômica” de cada estudante.
 Será considerado, como maior situação de Carência Sócio-econômica, o menor Índice de Carência.
- 5.3 - Em caso de abertura de vagas durante o semestre de **2006/2**, não será realizada nova inscrição. Serão chamados os alunos já classificados que estarão em espera de vaga.

6. CONSIDERAR FATORES PARA SELEÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA:

A análise sócio-econômica tem como referencial os seguintes indicadores agravantes da situação familiar, considerando-se:

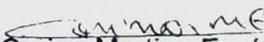
- Renda familiar.
- Número de dependentes.
- Despesas do(a) Aluno(a) com moradia e distância da moradia.
- Situações de doença na família.
- Situações de desagregação Familiar.

7. DIVULGAR O RESULTADO DA SELEÇÃO:

A divulgação do resultado da seleção será em **24/10/06** na Coordenadoria de Serviço Social - CoSS/PRAE.

8. DEFINIR A OCUPAÇÃO DAS VAGAS:

Após a seleção dos candidatos, a ocupação das vagas será realizada mediante sorteio, em reunião do Conselho de Moradia, em data, horário e local a serem divulgados no dia do resultado da seleção.


 Bel. Corina Martins Espíndola
 Pró-Reitora

APÊNDICES

APÊNDICE A
Questionário

Questionário

Esta pesquisa faz parte do desenvolvimento do estágio curricular obrigatório da acadêmica de Serviço Social da UFSC, que tem por objetivo conhecer o perfil sócio econômico e cultural dos moradores da Moradia Estudantil da UFSC. Solicitamos, portanto, que você responda, de forma objetiva e condizente com a realidade, às perguntas desta pesquisa, a qual faz parte deste trabalho. Salienta-se que, se necessário for, assinale mais de uma opção na mesma questão.

1. Curso: _____

2. Turno em que estuda:

- | | |
|--|--|
| a) <input type="checkbox"/> Matutino | c) <input type="checkbox"/> Noturno |
| b) <input type="checkbox"/> Vespertino | d) <input type="checkbox"/> Integral (manhã/tarde) |

3. Sexo:

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| a) <input type="checkbox"/> Feminino | b) <input type="checkbox"/> Masculino |
|--------------------------------------|---------------------------------------|

4. Idade:

- | | |
|---|--|
| a) <input type="checkbox"/> Menos de 20 | d) <input type="checkbox"/> De 31 a 35 |
| b) <input type="checkbox"/> De 20 a 25 | e) <input type="checkbox"/> De 36 a 40 |
| c) <input type="checkbox"/> De 26 a 30 | f) <input type="checkbox"/> Mais de 40 |

5. Estado Civil

- | | |
|--------------------------------------|--|
| a) <input type="checkbox"/> Solteiro | d) <input type="checkbox"/> Desquitado |
| b) <input type="checkbox"/> Casado | e) <input type="checkbox"/> Divorciado |
| c) <input type="checkbox"/> Viúvo | f) <input type="checkbox"/> Outros |

6. Estado de Origem

- | | |
|--------------------------------|--|
| a) <input type="checkbox"/> SC | d) <input type="checkbox"/> SP |
| b) <input type="checkbox"/> PR | e) <input type="checkbox"/> Outros estados |
| c) <input type="checkbox"/> RS | f) <input type="checkbox"/> Estrangeiro |

7. Formação no ensino médio:

- | | |
|---|-------------------------------------|
| a) <input type="checkbox"/> Instituição Pública | d) <input type="checkbox"/> Mista |
| b) <input type="checkbox"/> Instituição Privada | e) <input type="checkbox"/> Técnico |
| c) <input type="checkbox"/> Instituição Privada com Bolsa | |

8. Atual fonte de renda:

- | |
|--|
| a) <input type="checkbox"/> Trabalho R\$ _____ |
| b) <input type="checkbox"/> Mesada R\$ _____ |
| c) <input type="checkbox"/> Bolsa R\$ _____ |
| d) <input type="checkbox"/> Outros _____ |

9. Onde você faz suas refeições:

- | | |
|-------------------------------------|--|
| a) <input type="checkbox"/> RU | c) <input type="checkbox"/> Lanchonete |
| b) <input type="checkbox"/> Moradia | d) <input type="checkbox"/> Outros _____ |

10. Dos itens abaixo, assinale sua preferência:

- | | |
|--|-------------------------------------|
| a) <input type="checkbox"/> Artes plásticas/Artesanato | e) <input type="checkbox"/> Música |
| b) <input type="checkbox"/> Cinema/Vídeo | f) <input type="checkbox"/> Teatro |
| c) <input type="checkbox"/> Dança | g) <input type="checkbox"/> Esporte |
| d) <input type="checkbox"/> Literatura | h) <input type="checkbox"/> Outros |

11. Que tipo de atividade física/esportiva você desenvolve preferencialmente:

- | | |
|--|--|
| a) <input type="checkbox"/> Caminhada | e) <input type="checkbox"/> Esporte individual (tênis) |
| b) <input type="checkbox"/> Ciclismo | f) <input type="checkbox"/> Ginástica/Musculação |
| c) <input type="checkbox"/> Natação | g) <input type="checkbox"/> Não tem interesse |
| d) <input type="checkbox"/> Coletivo(futebol, vôlei) | |

12. Com que frequência você pratica esta atividade:

- | | |
|---|--|
| a) <input type="checkbox"/> Diariamente | c) <input type="checkbox"/> Uma vez por semana |
| b) <input type="checkbox"/> Várias vezes por semana | d) <input type="checkbox"/> Ocasionalmente |

13. Principal motivo que levou você a buscar uma vaga na moradia estudantil:

- a) Situação financeira
 b) Não possuir parente/amigo na cidade
 c) Pelo fato da UFSC ter uma moradia estudantil
 d) Proximidade do Campus
 e) Outros, _____

14. Fonte de informação pela qual você tomou conhecimento da moradia estudantil:

- | | |
|--|--|
| a) <input type="checkbox"/> Jornal | f) <input type="checkbox"/> Ex-moradores |
| b) <input type="checkbox"/> Cartaz/Folder | g) <input type="checkbox"/> Serviço Social da UFSC |
| c) <input type="checkbox"/> Internet | h) <input type="checkbox"/> Outros, _____ |
| d) <input type="checkbox"/> Colegas de curso | |
| e) <input type="checkbox"/> Moradores | |

15. A informação recebida foi clara, suficiente e de fácil acesso:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| a) <input type="checkbox"/> Sim | b) <input type="checkbox"/> Não |
|---------------------------------|---------------------------------|
- Por que? _____

16. Número de vezes que se candidatou a uma vaga na moradia estudantil

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| a) <input type="checkbox"/> 1 | c) <input type="checkbox"/> 3 |
| b) <input type="checkbox"/> 2 | d) <input type="checkbox"/> 4 ou mais |

17. Tempo que você reside na moradia: _____**18. Tem conhecimento de algum projeto existente na moradia estudantil:**

- a) Não
 b) Sim, _____ Qual? _____

26. Você já buscou atendimento no Serviço Social da UFSC, depois da seleção para a Moradia estudantil:

- a) Não
- b) Sim, Quantas vezes _____

27. Quais são as dificuldades que interferem na sua vida e no contexto acadêmico:

- a) De adaptação à novas situações (cidade, separar-se da família)
- b) De relacionamento familiar
- c) De relacionamento social/interpessoal
- d) De conflitos emocionais, tais como depressão
- e) De conflito de valores/religião
- f) De aprendizagem
- g) Outro _____
- h) Nenhum

28. Sua última consulta médica de rotina (sem doença) ocorreu:

- a) No último ano
- b) Entre 1 e 5 anos
- c) Há mais de 5 anos
- d) Não lembra/ Nunca foi

29. Você já teve alguma dificuldade significativa ou crise emocional em algum momento de sua vida. Quem você procurou?

- a) Sim
 - b) Não
-